



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ata Número 05/2014

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada a 26 de setembro de 2014

____ Aos vinte e seis dias do mês setembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, no edifício dos Paços do Concelho, no Auditório Municipal, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, secretariado pelo primeiro e segundo secretários, João Manuel da Silva Frade e Dília Maria de Jesus Ferreira Batista. _____

____ Estavam presente os seguintes membros da Assembleia Municipal: _____

____ Pela Coligação Democrática Unitária: Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, João Manuel da Silva Frade, Carla Maria Machado Alves, Fernando António Silva Lopes, Ana Paula Simões Ramos Ribeiro Lourenço, Dília Maria de Jesus Ferreira Batista, Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro, Pedro Miguel Paulino Baeta, Teresa Maria Ferreira Pires Sepúlveda, Luís António da Graça Eleutério e Albertina Maria Jorge Rodrigues Fragoso Gaspar. _____

____ Pelo Partido Socialista: Rui Luís Fernandes Corado, Cláudia Sofia de Almeida Gaspar Joaquim e André de Jesus Lourenço. _____

____ Pelo PPD/PSD: Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco e Elsa Maria Fernandes de Melo Rodrigues Belchior Penedo. _____

____ Pelo CDS/PP: Artur Miguel Rodrigues Costa. _____

____ Faltou o membro Nuno Gonçalo de Oliveira Castanho Luís Fortes. _____

____ Com o Senhor Presidente da Câmara estavam presentes o Senhor Vice-Presidente Sérgio Bogalho, a Senhora Vereadora Patrícia Vitorino e os Senhores Vereadores Pedro Coelho dos Santos e Joaquim Biancard Cruz. _____

____ O Senhor Presidente começou por saudar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, os trabalhadores da Autarquia e o público em geral. _____

____ **Justificação de Faltas:** _____

____ Foi presente a comunicação do membro João Frade, datada de 16 de junho, a solicitar a justificação da sua falta na sessão da Assembleia Municipal de 12 de junho de 2014, sendo que por motivos imprevistos não lhe tido sido possível estar presente. _____

____ A mesa aceitou a justificação de falta nos termos da lei. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Foram, ainda, presentes as comunicações dos membros Vitor Lourenço, datada de 3 de setembro, a informar da sua impossibilidade para estar na presente sessão ordinária da Assembleia Municipal solicitando a justificação da sua falta, bem como a sua substituição, nos termos da lei; do membro Nuno Fortes, datada de 24 de setembro, a informar da sua impossibilidade em estar presente na presente sessão ordinária da Assembleia Municipal, pois por motivos de força maior não estaria presente no Concelho, solicitando a sua substituição nos termos da lei e da membro Maria das Dores Ramalho, datada de 24 de setembro, a informar também da sua impossibilidade em comparecer na sessão ordinária, em virtude de se encontrar ausente do país, solicitando a justificação da sua falta. _____

____ A mesa aceitou as justificações das faltas e as substituições dos membros Vitor Lourenço e Nuno Fortes, nos termos da lei. _____

____ O Senhor Presidente esclareceu os presentes que o membro Vitor Lourenço seria substituído pela membro Albertina Gaspar e o membro Nuno Fortes seria substituído pelo membro seguinte da lista, designadamente, pela membro Maria das Dores. Contudo, também, esta última apresentou um pedido de justificação de falta, mas não de substituição, razão pela qual o Senhor Diogo Antão não poderia substituir a membro em falta, tendo sido convidado a deslocar-se para a zona do público. _____

____ **Expediente:** _____

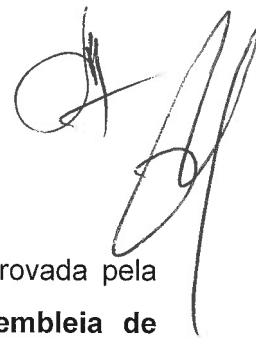
____ Seguidamente o Primeiro Secretário deu conhecimento do seguinte expediente: _____

____ Do **Rancho Folclórico "As Cerejeiras de Fetais"**, a enviar a convite para comemoração do 30.º Aniversário do Rancho Folclórico; do **Grupo Parlamentar CDS-PP**, a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal Contra a Privatização da EGF; da **Assembleia Municipal de Loures**, a informar sobre agendamento de audiência, com grupo parlamentar CDS-PP, sobre a privatização da EGF; da **Associação Nacional Municípios Portugueses**, a enviar publicação editada pelo Prof. Sidónio Pardal, intitulada "Ser Autarca, Missão e Desafios"; do **Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia**, a enviar documento relativo à evolução tarifária da ValorSul; do **Grupo Parlamentar "Os Verdes"**, a enviar, para conhecimento, projeto de resolução sobre o erro que constitui a privatização da EGF; da **Assembleia Municipal de Loures**, a enviar, para conhecimento, projeto de resolução sobre o erro que constitui a privatização da EGF; do **Gabinete do Primeiro-Ministro**, a acusar receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal contra a Privatização da EGF e a informar que o assunto foi transmitido ao Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças e ao Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; do **Grupo Parlamentar do PCP**, a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal contra a Privatização da EGF e a enviar cópia de duas iniciativas apresentadas na Assembleia da República contra o encerramento de serviços públicos e contra a privatização da EGF; da **Comunidade**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

Intermunicipal do Oeste, a enviar moção aprovada contra o processo de privatização EGF; da **Assembleia Distrital de Lisboa**, a enviar, para conhecimento, cópia do ofício remetido aos órgãos autárquicos de Lisboa, sobre o incumprimento relativo aos salários e subsídios de férias em atraso e sobre a recusa em fornecer informações e falsidades sobre a mobilidade do pessoal; da **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço**, a enviar convite para a comemoração do 101.º aniversário da associação; da **Assembleia Municipal de Loures**, a solicitar confirmação de presenças nas audiências com o Grupo Parlamentar do CDS-PP e com o Grupo Parlamentar do PSD, relacionadas com a privatização da EGF/Valorsul; da **Inspeção-Geral Finanças**, a informar sobre auditoria ao Município - Controlo de endividamento e situação financeira; da **Assembleia Distrital de Lisboa**, a enviar para conhecimento cópia da votação de recomendação do Bloco Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa sobre a “Quotizações em Atraso na Assembleia Distrital de Lisboa”; do **Grupo Parlamentar PS**, a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal contra a Privatização da EGF; da **Assembleia Municipal de Loures**, a informar sobre desmarcação de audiência com o Grupo Parlamentar do PSD e CDS-PP e informa sobre novo agendamento; da **Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira**, a enviar posição da Assembleia Municipal relativa à privatização da EGF; da **UDO – União Desportiva do Oeste**, a enviar convite para assistir à final da 1.ª etapa, do Troféu Joaquim Agostinho a realizar-se no dia 11 de julho de 2014; da **Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço**, a enviar cópias das atas das reuniões de câmara, devidamente aprovadas; da **Assembleia Distrital de Lisboa**, a enviar, para conhecimento, cópias dos ofícios remetidos pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa bem como da resposta dada pela Assembleia Distrital de Lisboa, sobre a Universalidade Jurídica da Assembleia Distrital de Lisboa; da **CCDRLVT**, a solicitar a designação da nomeação de representante, bem como do respetivo suplente, para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço; do **Grupo Parlamentar “Os Verdes”**, a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal Contra a Privatização da EGF e a enviar cópia da intervenção da deputada Heloísa Apolónia no âmbito da discussão do projeto de resolução da privatização da EGF; do **Grupo Parlamentar PCP**, a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal realizada no dia 12 de junho de 2014, sobre o Plano de Investimento 2014 – 2020; da **Casa Civil do Presidente da República**, a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal realizada no dia 12 de junho de 2014, sobre o Plano de Investimento 2014 – 2020; do **Senhor Carlos do Carmo**, a enviar agradecimento pelo envio de felicitações no âmbito da conquista do Prémio Grammy; da **Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço**, a enviar moção aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21 de julho, sobre a “Defesa do Poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Local”; do **Grupo Parlamentar “Os Verdes”**, a **acusar a** receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal, sobre o Plano de Investimento 2014 – 2020; da **Assembleia de Freguesia de Sapataria**, a enviar proposta apresentada pela Coligação “Juntos Pela Nossa Terra”, em reunião ordinária da Assembleia de Freguesia; do **Gabinete do Primeiro-Ministro**, a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal, relativa à inclusão do IC11 e a renovação e modernização da linha ferroviária do Oeste no Plano de Investimento 2014 – 2020 e a informar que o assunto foi transmitido aos Gabinetes do Ministro – Adjunto e do Desenvolvimento Regional e Ministro da Economia; da **Assembleia Distrital de Lisboa**, a enviar convocatória para a reunião extraordinária da Assembleia Distrital de Lisboa a realizar-se no dia 12 de setembro de 2014; do **Senhor Manuel Azevedo**, a solicitar o envio das listas dos órgãos autárquicos do concelho ou atas das tomadas de posse, dos anos de 1974 a 1976, onde constassem representantes do CDS; do **Membro Artur Costa**, a informar sobre nova morada para envio de documentação da Assembleia Municipal; da **Associação Nacional Municípios Portugueses**, a informar sobre realização das Conferências da ANMP: Portugal do Futuro, sendo a 1ª conferência sobre a “Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade”, a ter lugar em Coimbra, no dia 15 de outubro de 2014; da **Assembleia Distrital de Lisboa**, a enviar cópia da deliberação aprovada, por maioria, na reunião extraordinária, realizada no dia 12 de setembro de 2014, sobre a transferência da Universalidade Jurídica da Assembleia Distrital de Lisboa; da **Assembleia Distrital de Lisboa**, a enviar esclarecimentos sobre informações prestadas na última reunião da Assembleia Distrital de Lisboa, realizada no dia 16 de setembro de 2014; da **Comunidade Intermunicipal do Oeste**, a informar sobre data de agendamento da próxima reunião da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM. _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos, entrou na sala o membro Joaquim Ribeiro. _____

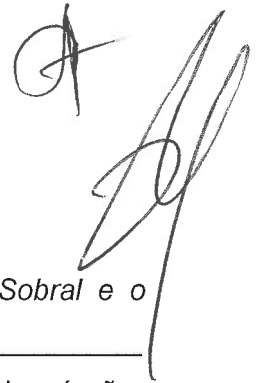
____ O Senhor Presidente informou que enviou, em nome da Assembleia Municipal, um voto de felicitações ao Fadista Carlos do Carmo, pela vitória do prémio Grammy, a qual a seguir se transcreve: _____

____ **“Felicitação pela conquista do Prémio Grammy”** _____

____ Exmo. Sr. Carlos do Carmo, _____

____ *Pelo presente, tenho o grato prazer de lhe endereçar uma sentida felicitação pela conquista do Grammy. Considero que este prémio distingue e homenageia a sua brilhante carreira, não só como uma das mais emblemáticas vozes da música portuguesa e mundial, mas também como um dos maiores vultos da nossa cultura.* _____

____ *Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, e a título pessoal, é com muita amizade e simpatia, que lhe transmito que os Sobralenses nutrem um carinho muito especial pelo Fadista Carlos do Carmo, mas não posso deixar de referir as*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

ligações afetivas que foram cimentadas ao longo de décadas, entre as gentes Sobral e o cidadão que para aos amigos é conhecido por Carlos Alberto de Almeida. _____

____ *Relembro que este reconhecimento da população do Sobral, bem como dos órgãos autárquicos do nosso Concelho, foi bem evidente no magnífico e irrepetível Concerto de Inauguração do Cineteatro de Sobral de Monte Agraço. Este, foi sem dúvida um espectáculo que perdura na memória de todos quantos tiveram oportunidade de assistir à reabertura de umas das mais importantes salas de visita do nosso Concelho e que, a partir desse dia (27 de Maio de 2006), foi devolvida à população e colocada ao serviço da cultura, nas suas mais diferentes dimensões.* _____

____ *Endereço um abraço com muita amizade e votos sinceros de muitas felicidades e sucessos para a sua vida pessoal e artística, cujo contributo para a cultura do nosso País, enchem de orgulho todos os Portugueses, e muito especial, todos os Sobralenses.* _____

____ *Com os melhores cumprimentos,* _____

____ *O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.”* _

____ *Seguidamente o Senhor Presidente procedeu à leitura de uma comunicação, rececionada a 7 de agosto de 2014 e endereçada pelo Fadista Carlos do Carmo, em resposta ao voto de felicitações desta Assembleia Municipal, que se transcreve:* _____

____ *“Estimado Amigo,* _____

____ *Estou-lhe muito grato pelas generosas palavras que me endereçou.* _____

____ *Como sabe, o Sobral é a terra dos meus amores. Aí nasceu a mulher com quem casei há cinquenta anos e aí vivem as suas amigas de infância que são uma extensão do meu amor por ela. Além do mais gosto das gentes do Sobral e sempre que aí vou sinto uma quietude interior que me transmite um momento de felicidade.* _____

____ *Para todos os que trabalham nessa câmara envio, através de si o meu mais caloroso abraço.* _____

____ *Cordialmente, assinado, Carlos do Carmo”* _____

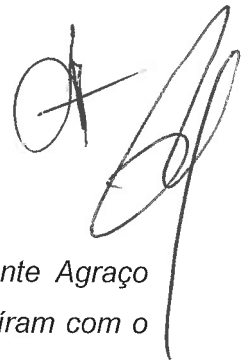
____ *O Senhor Presidente lembrou que o Fadista Carlos do Carmo foi o artista que realizou o concerto de inauguração do Cine-teatro, no dia 27 de maio de 2006.* _____

____ **Período Antes da Ordem do Dia:** _____

____ *Seguidamente, o Senhor Presidente questionou os vários grupos representados na Assembleia Municipal, se pretendiam apresentar moções, requerimentos, recomendações, protestos, interpelações ou outras questões de interesse geral.* _____

____ *O membro Rui Corado informou que bancada do PS pretendia apresentar uma moção e um requerimento. Neste sentido e com a anuência do Senhor Presidente, o membro Rui Corado começou por proceder à leitura da moção, que a seguir se transcreve:* _____

____ **“Moção** _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço manifestam o seu reconhecimento a todas as pessoas e organizações que contribuíram com o seu empenhamento e participação para a realização das Festas e Feira de Verão de 2014, que este ano se realizaram sob condições atmosféricas extremamente adversas. _____

____ O envolvimento de colectividades e associações de todo o concelho, merece o nosso voto de louvor, que aqui queremos deixar expresso, _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014" _____

____ Seguidamente, o membro Rui Corado efetuou a leitura do requerimento, que a seguir se transcreve: _____

____ "REQUERIMENTO" _____

____ (Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e dos artigos 2º, 5º e 58º do Regimento em Vigor) _____

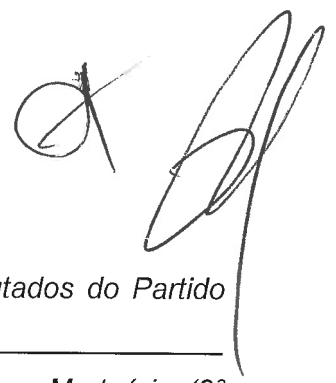
____ **Assunto: Disponibilização de cópia dos processos relativos ao projeto "Construção Multiserviços - Casa Mortuária (2ª fase)", bem como ao projeto "Parque de Estacionamento e Espaço Envolvente à Casa Mortuária"** _____

____ O Regime Jurídico das Autarquias Locais estabelece que compete à assembleia municipal, entre outras competências, "acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal" e "solicitar e receber informação através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores". _____

____ De acordo com o mesmo regime, compete à mesa da assembleia municipal "comunicar à assembleia municipal a recusa da prestação de quaisquer informação ou documentos; bem como a falta de colaboração por parte da câmara municipal ou dos seus membros", cabendo por sua vez à assembleia municipal "apreciar a recusa da prestação de quaisquer informação ou recusa da entrega de documentos" (**e frisamos entrega, não consulta**), "por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização". _____

____ Ao presidente da câmara municipal compete "responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta", sendo que tal apenas será possível se a informação for disponibilizada com a devida antecedência. _____

____ Face ao exposto, e considerando que na última reunião de Assembleia Municipal, realizada em 12 de junho de 2014, foi recusada a disponibilização de informação constante de requerimento apresentado naquela data pelos deputados do Partido Socialista, relativa ao projeto "Construção Multiserviços - Casa Mortuária (2ª fase)", recusa efetuada sem qualquer fundamento legal, e não tendo sido disponibilizada, até à presente data, qualquer informação, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

sequer obtida qualquer resposta ao requerimento apresentado, vêm os deputados do Partido Socialista apresentar o presente requerimento, solicitando: _____

- i) Cópia do processo relativo ao projeto "Construção Multiserviços - Casa Mortuária (2ª fase)"; _____
- ii) Cópia do processo relativo ao projeto "Parque de Estacionamento e Espaço Envolvente à Casa Mortuária"; _____
- iii) Cópia do(s) registo(s) da Conservatória do Registo Predial relativos ao(s) terreno(s) onde estão a ser realizados os projetos a que se referem as alíneas anteriores, assim como da(s) respetiva(s) escritura(s). _____

____ No caso de recusa de disponibilização da informação requerida, tal como já sucedeu no passado, os deputados do Partido Socialista solicitam: _____

- i) **Ser informados, por escrito, sobre qual o enquadramento legal que fundamenta qualquer recusa de disponibilização de informação associada especificamente ao pedido a que se referem as alíneas i), ii) e iii) do ponto anterior, seja por parte do senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal, seja por parte do Senhor Presidente da Câmara;** _____
- ii) **Numa perspetiva geral, ser informados, por escrito, sobre qual o enquadramento legal que fundamenta a decisão tomada por maioria, com votos favoráveis dos deputados da CDU, mediante proposta do presidente da mesa da assembleia, igualmente deputado da CDU, no sentido de obrigar os deputados da Assembleia Municipal a consultar nas instalações da Câmara Municipal a informação que solicitem no âmbito do exercício das suas competências próprias, bem como ao facto de estarem impedidos, conforme já foi por diversas vezes proferido pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e pelo senhor Presidente da Câmara, de solicitar cópia de documentação consultada.** _____

____ Face ao exposto, consideramos que o presente requerimento, legalmente fundamentado, merecerá a devida atenção por parte da mesa da Assembleia Municipal, e a correspondente resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo que solicitamos que a informação requerida seja disponibilizada com a celeridade que se impõem, sendo que, se tal não suceder, cumpre informar que os deputados do Partido Socialista, no cumprimento das suas competências no âmbito do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos seus deveres para com os seus eleitores, procederão ao reporte da informação conhecida, bem como da recusa de disponibilização de informação por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, às entidades da administração central responsáveis pelo normal funcionamento e pela fiscalização das instituições e dos órgãos da administração local. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014 _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Os Deputados” _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e cinquenta minutos, entrou na sala o membro André Lourenço. _____

____ O Senhor Presidente perguntou se mais algum grupo pretendia apresentar alguma moção relativa às Festas e Feira de Verão, tendo o membro Joaquim Ribeiro informado que a bancada da CDU tinha um voto de louvor, o qual a seguir se transcreve: _____

____ **“Voto de Louvor”** _____

____ **Associação 13 de Setembro pela organização das Festas e Feira de Verão 2014** _____

____ Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sobral de Monte propõem um voto de louvor à Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913, manifestando o seu agradecimento a todos quantos generosa e voluntariamente trabalharam e se empenharam para levar a cabo as Festas e Feira de Verão de Sobral de Monte Agraço. _____


____ Do programa deste ano não podemos deixar de destacar o Cortejo Etnográfico, desta feita subordinado ao tema “Festas e Tradições na Nossa Terra”. Salienta-se esta iniciativa pela ampla participação alcançada, que contou também com um forte contributo das associações, coletividades, diversas instituições e ainda participantes a título individual, que se mobilizaram de forma assinalável, possibilitando, principalmente aos mais jovens recordarem algumas tradições e festividades de outrora peculiares da nossa região. _____

____ A bancada da Coligação Democrática Unitária, propõe o envio desta moção à ACR 13 de Setembro e comunicação social regional. _____

____ Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de Setembro de 2014” _____

____ Com a anuência do Senhor Presidente, o membro Duarte Pacheco, disse que a bancada do PPD/PSD iria votar favoravelmente as duas moções apresentadas. A este propósito, começou por saudar e louvar as pessoas que colaboraram na organização deste evento tão importante para o Sobral. Disse que, infelizmente, no presente ano, as condições climatéricas em nada ajudaram a realização dos festejos, situação que provavelmente se refletiu no número de participantes e visitantes. Relativamente à temática das festas e aos comentários de desagrado que têm vindo a surgir por parte da população sobre a programação do evento, disse que a Autarquia “não devia esconder a cabeça na areia” e não ouvir a inúmeras razões do descontentamento dos nossos conterrâneos. Referiu, ainda, que o mundo evolui e as Festas também devem evoluir, e por essa razão, ter-se-á que repensar este assunto seriamente, de forma a resgatar a grandiosidade que a iniciativa teve, voltando a ser uma referência como já foi no passado. Apesar das críticas, mais ou menos assertivas, tecidas às Festas, deixou, mais uma vez, uma saudação às pessoas que sem receberem nada em troca, colaboraram e contribuíram para a realização das Festas e Feira de Verão. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Colocados à votação, a moção apresentado pela bancada do PS e o voto de louvor apresentado pela bancada da CDU, foram os mesmos aprovados, por unanimidade. _____

____ Seguidamente, o membro Luís Eleutério, informou que a bancada da CDU pretendia apresentar um voto de louvor ao Clube Recreativo de Sapataria, que a seguir se transcreve: _____

____ **"Voto de Louvor"** _____

____ **Clube Recreativo de Sapataria** _____

____ O Clube Recreativo de Sapataria tem realizado um trabalho assinalável, abraçando um conjunto significativo de projetos e atividades, de âmbito social, desportivo, ambiental e cultural, que se revestem de uma importância fulcral, não só para a Freguesia de Sapataria, como também para o Concelho e para a nossa Região. _____

____ A forma disponível, generosa e humanista como o Clube de Sapataria, através dos seus dirigentes, têm abraçado novos desafios merecem reconhecimento e profundo respeito por parte da nossa população e de quem conhece o valioso trabalho desenvolvido por este clube. _____

____ Neste contexto, não podemos esquecer a causa solidária que uniu um grupo de pessoas ligadas à música, com diferentes estilos artísticos e que, num trabalho de articulação exemplar, souberam ultrapassar todas as suas diferenças, proporcionando um magnífico espetáculo musical, intitulado "Recordar é Viver" que, recentemente, integrou o programa das Festas e Feira de Verão. Este foi um espetáculo que permitiu recordar um conjunto significativo de músicas que são parte integrante da memória coletiva das nossas gentes. _____

____ Pela importância fundamental do Clube Recreativo de Sapataria na nossa comunidade e na defesa intransigente dos mais nobres valores que fomentam o espírito de união e partilha da nossa sociedade, a bancada da CDU propõe a atribuição de um Voto Louvor. _____

____ Propõe-se o envio ao Clube Recreativo de Sapataria e comunicação social da região. _____

____ Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de Setembro de 2014." _____

____ Colocado à votação o voto de louvor apresentado pela bancada da CDU, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. _____

____ Foi, ainda, apresentado um voto de louvor pela bancada da CDU, através da membro Ana Paula Lourenço, que a seguir se transcreve: _____

____ **"Voto de Louvor / reconhecimento"** _____

____ **Unir e Finalistas do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral** _____

____ A UNIR - Associação de Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço em parceria com os alunos Finalistas do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral organizaram o evento HOTSPOT. _____

____ Desta iniciativa, que complementou e enriqueceu a programação noturna das nossas Festas, salientamos a grande aposta nas Bandas e nos DJ'S Sobralenses. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Foi notório o espírito de colaboração, de responsabilidade e de organização, entre as várias entidades envolvidas e, só desta forma, foi também possível aos jovens músicos mostrarem o seu talento e darem a conhecer o seu trabalho artístico ao público que à noite passou pelo espaço da antiga Escola João Luiz de Moura. _____

____ Essencialmente pela organização e pela aposta nos talentos Sobralenses, alguns jovens abdicaram de se divertirem e desfrutarem das Festas, para trabalharem em prol das mesmas. _

____ Assim, a bancada da Coligação Democrática Unitária propõe à Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, reunida a 26 de setembro de 2014, que aprove um voto de louvor e reconhecimento à Unir e ao grupo de Finalistas do Agrupamento de Escola Joaquim Inácio da Cruz Sobral. _____

____ Se aprovada, deve ser enviada a ambas as entidades, assim como à direção do Agrupamento de Escolas. _____

____ Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de Setembro de 2014” _____

____ Colocado à votação o voto de louvor apresentado pela bancada da CDU, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. _____

____ De seguida, a membro Elsa Penedo informou que a bancada do PPD/PSD, pretendia apresentar uma moção, a qual se transcreve: _____

____ **“Abertura de uma Loja do Cidadão em Sobral de Monte Agraço** _____

____ Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da respetiva mesa _____

____ Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores _____

____ Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia _____

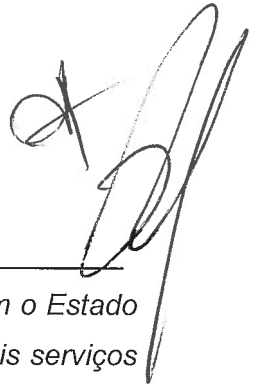
____ Caros Membros da Assembleia Municipal _____

____ Caros Senhores e Senhoras _____

____ Tendo em conta a reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública em curso, levada a cabo pelo atual Governo, baseada em critérios de sustentabilidade e proximidade aos cidadãos, torna-se ainda mais importante um posicionamento pró-ativo por parte dos municípios na salvaguarda, manutenção e alargamento dos serviços públicos prestados aos seus munícipes. _____

____ Nesse sentido, a atual rede de serviços de grande dimensão, muito dispendiosa, dispersa e heterógena e pouco integrada, apresenta uma significativa oportunidade de melhoria, racionalização e integração, que pode e deve ser aproveitada pelos municípios, como é o caso do município de Sobral de Monte Agraço. _____

____ Por fim, numa lógica de aproveitamento e otimização do património do Estado, bem como, de partilha de espaço entre as entidades públicas presentes no concelho, existem condições objetivas para a abertura de uma Loja do Cidadão em Sobral de Monte Agraço. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ *Pede-se a Votação desta Proposta com o seguinte propósito:* _____

____ *Que se desenvolvam os procedimentos necessários para à contratualização com o Estado da abertura de uma Loja do Cidadão em Sobral de Monte Agraço, mantendo os atuais serviços públicos existentes no concelho, e aproveitando esta oportunidade, alargando o leque de serviços prestados aos Sobralenses.* _____

____ *Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014* _____

____ *Do Grupo Municipal do PPD/PSD* _____

____ *Se aprovada, enviar:* _____

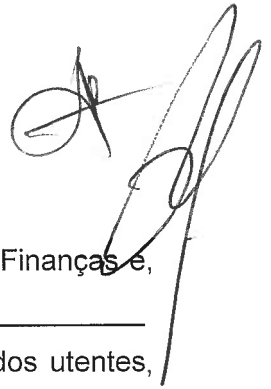
____ *À Presidente da Assembleia da República* _____

____ *Ao Governo* _____

____ *À Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço* _____

____ *Aos Órgãos de Comunicação Social* _____

____ Com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre esta matéria. Assim, começou por informar que as negociações com o Governo ainda não tinham terminado, pois a Autarquia concorda com a abertura de um espaço com estas características no Concelho, não podendo, no entanto, concordar ou aceitar as condições impostas. Disse que, através da minuta do protocolo, enviado pelo Governo, é possível perceber que são vários os encargos para a Autarquia - cedência de instalações, água, luz, recursos humanos, equipamentos, obras de adaptação -, sendo que as receitas são divididas em partes iguais pelas duas entidades, situação que não lhe parece correta. Informou, ainda, que teve lugar uma reunião com o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Doutor Miguel Poiães Maduro, na OesteCim, tendo, nessa data, expressado, a quem de direito, a sua opinião quanto a este tema. Referiu, ainda, que a Autarquia para além de não concordar com a imputação dos elevados encargos que a abertura destes espaços acarreta, também não dispõe de um espaço físico que possa albergar um serviço desta natureza. Continuando a sua intervenção, disse que o Município não tem capacidade, nem pretende, substituir-se ao Estado e, por outro lado, tudo fará para que não sejam encerrados serviços existentes no Concelho a pretexto de qualquer balcão aglutinador de serviços. Quanto ao local para acolher a eventual "Loja do Cidadão", disse que o Estado dispõe de um edifício devoluto no centro da vila - as anteriores instalações da Caixa Geral de Depósitos -, pelo que a Autarquia sugeriu que fosse este o local para instalar estes serviços, bem como os serviços da Segurança Social e das Finanças, podendo, desta forma, o Estado reduzir a despesa pública, designadamente quanto ao pagamento de rendas das atuais instalações dos serviços referidos. Por fim, disse que estava agendada uma nova reunião para discutir as condições da instalação da "Loja do Cidadão", reiterando que a Autarquia está disponível mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

tudo fará para assegurar a continuidade dos serviços da Segurança Social e das Finanças e, em consequência, os postos de trabalho dos funcionários destes serviços. _____

_____ A membro Cláudia Joaquim alertou para a questão da proteção dos dados dos utentes, pois os trabalhadores de cada uma das referidas entidades – Serviço de Finanças e Segurança Social –, têm acesso a informações sigilosas, razão pela qual deveria ser ponderado até que ponto os funcionários da Autarquia podiam acesso a esta informação. Disse ainda que, na sua opinião, esta é uma matéria que deve ser analisada junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara, ainda a propósito desta temática, informou que a Loja do Cidadão, a concretizar-se, ficará sediada na vila, mas que será aberto um espaço do cidadão em Sapataria. _____

_____ O membro Duarte Pacheco, a este propósito, referiu que na presente data esteve com o Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa que lhe transmitiu que o primeiro espaço piloto na Região poderia vir a ser instalado no nosso Concelho. Disse que um acordo pressupõe entendimento, tendo feito votos de que ambas as partes cheguem a um consenso para que este serviço seja uma realidade ainda antes do fim do presente ano. Disse, ainda, que gostaria de deixar registadas duas notas: a pertinência da intervenção efetuada pela bancada do PS relativamente à proteção de dados, referindo que a sua salvaguarda não significa a manutenção do *back office*, podendo manter-se em funcionamento só o posto de atendimento; no que diz respeito ao edifício referido pelo Senhor Presidente da Câmara, disse que havia diferença entre um imóvel propriedade do Estado e um imóvel pertencente a uma instituição financeira mesmo que pública, devendo ser confirmado qual o real proprietário do edifício. Na verdade, o tratamento a dar à questão será necessariamente diferente consoante a natureza do titular do direito de propriedade. A este propósito deu como exemplo as dificuldades da alteração da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, em Torres Vedras, para um novo espaço, o qual apesar de ser propriedade da Direção Geral do Património, levou quase um ano a efetivar-se. _____

_____ O Senhor Presidente da Assembleia disse que a Loja do Cidadão será uma valia para o Concelho, mas que a Câmara deve acautelar as suas responsabilidades, presentes e futuras, devendo ser salvaguardados vários aspetos, situação que impõe um consenso entre as duas entidades, em prol do melhor para o Concelho e, consequentemente, para a população. _____

_____ Colocado à votação a moção apresentada pela bancada do PPD/PSD, foi a mesma aprovada, por maioria, com sete votos a favor e dez abstenções, sendo nove da CDU e uma do PS. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ O membro Fernando Lopes ressaltou que o seu sentido de voto não era uma discordância para com a abertura da “Loja do Cidadão” no Concelho, mas com as condições propostas pelo Governo. _____

____ Foi, ainda, apresentada uma moção pela bancada da PPD/PSD, tendo a membro Elsa Penedo procedido à sua leitura, a qual a seguir se transcreve: _____

____ **“Moção/Proposta** _____

____ **Disponibilização ao público da versão integral das atas das reuniões de Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço** _____

____ Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da respetiva mesa _____

____ Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores _____

____ Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia _____

____ Caros Membros da Assembleia Municipal _____

____ Caros Senhores e Senhoras _____

____ Sendo a informação um instrumento determinante para o conhecimento, e este, por sua vez, um mecanismo relevante para que cada cidadão e a sociedade possam fazer escolhas conscientes. _____

____ Também por considerarmos que a transparência e o acesso à informação são conceitos perfeitamente consolidados nos nossos dias e que entendemos como fundamental a disponibilização ao público das versões integrais das atas de cada reunião da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço. _____

____ Tendo ainda em conta que esse trabalho meritório realizado pelos serviços de apoio da autarquia existe, não se torna compreensível que sítio da Câmara Municipal não tenha disponível a versão integral das referidas atas, à semelhança do que acontece em municípios vizinhos, como por exemplo Arruda dos Vinhos e Torres Vedras. _____

____ **Pede-se a Votação desta Proposta com o seguinte propósito:** _____

____ **Publicação no sítio da internet do município das versões integrais das atas de cada reunião ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço realizadas no atual mandato.** _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014 _____

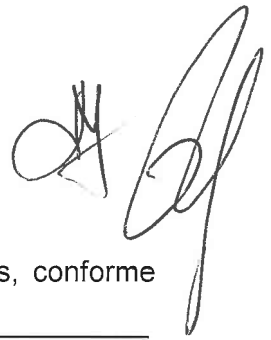
____ Do Grupo Municipal do PPD/PSD _____

____ Se aprovada, enviar: _____

____ À Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

____ Aos Órgãos de Comunicação Social” _____

____ O Senhor Presidente, tendo em conta os pedidos de envio de moções para a comunicação social, alertou os membros da Assembleia de que nunca foi efetuado qualquer pagamento para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

que as moções fossem publicadas. Assim, disse que as moções seriam enviadas, conforme solicitado, mas que não podia assegurar que as mesmas fossem publicadas. _____

_____ O membro Rui Corado, no âmbito da moção apresentada, referiu que, no *site* do Município se podia verificar a publicação de algumas atas, mas que o separador não estava devidamente atualizado. _____

_____ O Senhor Presidente, na sequência da intervenção do membro Rui Corado, informou que o Senhor Vice – Presidente estava a trabalhar numa atualização do *site*, sendo que, oportunamente, as atas seriam publicadas. _____

_____ O membro Duarte Pacheco referiu que as atas devem ser publicadas na íntegra, não apenas em resumo, ficando desta forma disponíveis para consulta. _____

_____ Colocado à votação a moção apresentada pela bancada do PPD/PSD, foi a mesma aprovada, por unanimidade. _____

_____ De seguida, o membro Pedro Baeta, referiu que a bancada da CDU, pretendia apresentar o voto de louvor que a seguir se transcreve: _____

_____ **“Voto de Louvor”** _____

_____ **Atleta Rafael Gil** _____

_____ *Rafael Gil deu as suas primeiras braçadas na Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço. Foi na equipa de natação da Monteges que, pelo seu empenho, dedicação, disciplina, técnica e rigor competitivo, ainda muito jovem se destacou como praticante desta modalidade. _*

_____ *Durante várias épocas representou a equipa da Monteges, tendo participado em inúmeras competições de âmbito distrital, regional e nacional. _____*

_____ *Cobiçado pelas melhores equipas nacionais, seguiu o seu percurso desportivo na Associação Naval Amorense alcançando vários títulos de campeão nacional (15 de juniores e 1 absoluto), conseguindo ainda bater cinco recordes nacionais na categoria de juniores. _____*

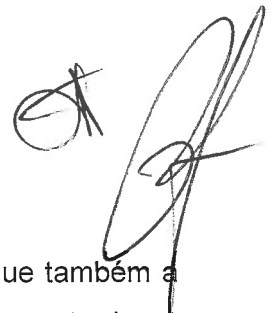
_____ *Rafael Gil representou a seleção nacional, participando em inúmeras competições internacionais destacando-se a medalha de bronze conquistada na Grécia nos (1500m Livres), bem como a sua participação no Campeonato da Europa de Juniores e, mais recentemente, o magnífico resultado obtido nos Jogos Olímpicos da Juventude, em Nanjing, na China. _____*

_____ *Pela exemplar época desportiva do atleta Rafael Gil, que dignificou o desporto nacional, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço reunida em 26 de setembro de 2014 aprove em sua homenagem um Voto de Louvor. _____*

_____ *Propõe-se o envio ao Rafael Gil, Associação Naval Amorense e Federação Portuguesa de Natação. _____*

_____ *Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço _____*

_____ *Sobral de Monte Agraço, 26 de Setembro de 2014” _____*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRÃO

____ O membro Joaquim Ribeiro, a propósito da moção apresentada, salientou que também a sobralense Daniela Reis foi pré-convocada para o Campeonato Mundial de Ciclismo, a ter lugar em Espanha. Neste sentido, disse que, ao que parecia, o Concelho tinha juventude com vontade de se destacar em termos desportivos. _____

____ Colocado à votação o voto de louvor apresentado pela bancada da CDU, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. _____

____ De seguida, o membro André Lourenço, apresentou o requerimento que a seguir se transcreve: _____

____ **“REQUERIMENTO** _____

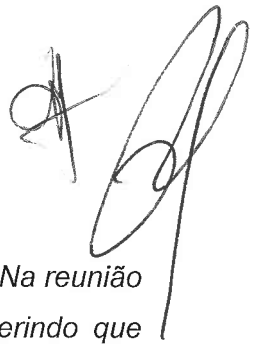
____ (Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e dos artigos 2º, 5º e 58º do Regimento em Vigor) _____

____ **Assunto: Cumprimento do código de contratação pública e os procedimentos concursais, designadamente ajustes diretos na autarquia de Sobral de Monte Agraço** _____

____ Na reunião de Assembleia Municipal de 30 de Maio os deputados do Partido Socialista questionaram sobre a justificação e o enquadramento legal subjacente ao facto de terem sido efetuados, no decurso do ano de 2013, diversos ajustes diretos ao mesmo fornecedor, perfazendo totais que ultrapassaram o limite aplicável a este procedimento, ou seja, 150.000 € (referindo-se, a título de exemplo, as empresas Constradas e Ribeírol). O senhor Presidente de Câmara respondeu que "no âmbito da legislação em vigor, as limitações às adjudicações decorriam da natureza das prestações contratuais adjudicadas a determinado fornecedor ou empreiteiro e não da denominação do mesmo". _____

____ Na reunião seguinte realizada em 12 de junho os deputados do Partido Socialista apresentaram um requerimento por escrito, reiterando a pergunta, questionando novamente sobre o enquadramento legal que suportou, na perspetiva da autarquia, a utilização sistemática do procedimento de ajuste direto no ano de 2013. Saliente-se que os deputados do Partido Socialista fizeram acompanhar o requerimento com o devido enquadramento legal, em função do qual consideram que poderão não ter sido cumpridos os procedimentos e as regras previstas no CCP no ano em causa. _____

____ Aliás, e considerando que nos termos daquele Código, não podem ser convidadas a apresentar propostas empresas com as quais a mesma entidade adjudicante já tenha celebrado, nesse ano económico e nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objeto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites do ajuste direto, os deputados do Partido Socialista solicitaram a disponibilização da listagem de todas as adjudicações realizadas nos anos de 2011, 2012 e 2013 (obras e/ou prestação de serviços), perfazendo os 3 anos a que se refere o CCP, partindo do princípio que a Câmara Municipal teria essa informação sistematizada, no âmbito dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

próprios procedimentos internos de validação e controlo dos limiares previstos na lei. Na reunião de 12 de junho o senhor Presidente de Câmara respondeu ao requerimento, referindo que "várias inspeções realizadas ao município, nunca foi apontada qualquer situação que evidenciasse uma qualquer prática desconforme com a lei". Informou ainda, quanto "ao pedido da relação dos contratos adjudicados nos anos de 2011, 2012 e 2013, referiu que esses dados são públicos e constam do site da Autarquia, nos mapas dos contratos públicos de prestação de serviços e nos mapas de contratação pública constantes dos documentos de prestação de contas". _____

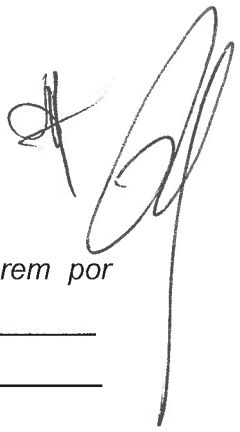
_____ *Consideram os deputados do Partido Socialista que as dúvidas não foram devidamente esclarecidas, tendo o senhor Presidente de Câmara respondido de forma evasiva, referindo-se a "auditorias" em geral, para além de não ter respondido diretamente às questões colocadas. Salienta-se que as auditorias efetuadas pelas entidades competentes são, em regra, circunscritas a assuntos / áreas específicas, não incidindo sobre outras questões / procedimentos da autarquia. Importa saber se algumas das auditorias realizadas entre 2011 e 2013 tiveram como objeto a contratação pública, sendo que em caso afirmativo o relatório deve ser disponibilizado.* _____

_____ *Face ao exposto, os deputados do Partido Socialista apresentam um último pedido de informação relativo a esta matéria, convictos de que merecerá resposta, por escrito, do senhor Presidente de Câmara, fundamentada com o devido enquadramento legal. Deste modo repetem-se as questões já apresentadas:* _____

A. *Qual a justificação e o enquadramento legal que suporta a utilização sistemática do procedimento de ajuste direto no ano de 2013, registando-se situações em que apenas num ano a mesma entidade teve vários contratos, perfazendo totais que ultrapassam os 150.000 € no caso de obras;* _____

B. *Considerando que, nos termos do CCP, não podem ser convidadas a apresentar propostas empresas com as quais a mesma entidade adjudicante já tenha celebrado, nesse ano económico e nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objeto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites do ajuste direto, reitera-se o pedido de disponibilização de informação apresentado na reunião de 12 de junho.* _____

_____ *Importa salientar no caso de ausência de resposta às questões colocadas e ao pedido de informação constantes no presente requerimento, os deputados do Partido Socialista, no cumprimento das suas competências no âmbito do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos seus deveres para com os seus eleitores, procederão à sistematização da informação acima solicitada (que, tal como o senhor Presidente da Câmara Municipal frisou se encontra disponível no site), a qual será reportada às entidades da administração central responsáveis*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

pela fiscalização dos órgãos da administração local, para os efeitos que entenderem por convenientes. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014 _____

____ Os Deputados” _____

____ O Senhor Presidente, antes de entrar na Ordem do Dia, disse que gostaria de tecer um breve comentário ao requerimento apresentado pelo membro Rui Corado, sobre a disponibilização de documentos relativos ao projeto de construção da Casa Mortuária, requerimento que, salvo erro, já havia sido apresentado na sessão anterior. Salientou que o que foi posto em causa foi a saída de documentos e não a consulta dos mesmos nas instalações da Câmara Municipal, lamentando que os senhores deputados municipais assim não o tivessem entendido. Disse, ainda, que o requerimento apresentado anteriormente tinha sido reencaminhado para o Senhor Presidente da Câmara, do qual não tinha obtido qualquer resposta, certamente por se encontrar ainda em análise. Por fim, reiterou que o transmitido foi de que os processos não deviam sair da Autarquia, mas que os senhores deputados não estavam inviabilizados de os consultar em sede própria. _____

____ **Ordem do Dia:** _____

____ Seguidamente o Senhor Presidente solicitou ao primeiro Secretário da Assembleia Municipal para proceder à leitura da ordem do dia para a presente sessão, da qual constam os seguintes pontos: _____

____ **Ponto Um:** Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 12 de junho de 2014; _____

____ **Ponto Dois:** Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

____ **Ponto Três:** Informação relativa à situação Económica e Financeira elaborada pelo Auditor Externo – 1.º Semestre do Exercício de 2014; _____

____ **Ponto Quatro:** Lançamento de Derrama – art.º 18.º da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro); _____

____ **Ponto Cinco:** Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); _____

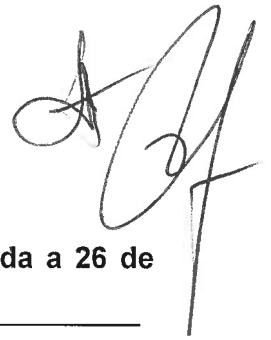
____ **Ponto Seis:** Fixação da participação variável no IRS; _____

____ **Ponto Sete:** Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei 5/2014, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas; _____

____ **Ponto Oito:** Suspensão Parcial do P.D.M – Adoção de medidas preventivas; _____

____ **Ponto Nove:** Outros assuntos de interesse do Município. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Um. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 26 de setembro de 2014 _____

____ A membro Claudia Joaquim, quanto a este ponto da ordem do dia, apresentou a reclamação que a seguir se transcreve: _____

____ **"RECLAMAÇÃO / REQUERIMENTO"** _____

____ (Nos termos do artigo 39º e do n.º 1 do artigo 58º do Regimento em Vigor) _____

____ **Assunto: Ponto 1 da Ordem do Dia - Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 12 de junho de 2014** _____

____ Os deputados do Partido Socialista vêm por este meio apresentar uma RECLAMAÇÃO face à **omissão na Ata de um requerimento manuscrito, entregue em mão na reunião de 12 de junho de 2014 e assinado por todos os deputados do Partido Socialistas presentes na mesma.** _____

____ O requerimento em causa foi redigido no decurso da referida reunião, na sequência da recusa, por parte do senhor Presidente da Mesa de resposta ao pedido de disponibilização de informação solicitado pelos deputados do Partido Socialista, correspondente à disponibilização de cópia do processo de adjudicação da obra correspondente ao projeto "Construção Multiserviços - Casa Mortuária (2ª fase)". _____

____ Num primeiro momento a resposta do Senhor Presidente da Mesa foi no sentido de que o processo apenas poderia ser consultado na autarquia, tendo os deputados do Partido Socialista solicitado que fossem notificados por escrito das datas possíveis, a ocorrer num sábado, bem como a necessidade de serem disponibilizados no ato da consulta os meios necessários para a disponibilização de cópias das peças do processo entendidas pertinentes. _____

____ Perante o pedido, o Senhor Presidente da mesa recusou veementemente a disponibilização de informação, tendo os Deputados do Partido Socialista solicitado indicação do enquadramento legal que sustenta tal recusa. _____

____ Perante ausência de resposta, e tendo a recusa do senhor Presidente da Mesa sido acompanhada por idêntica recusa por parte do Senhor Presidente da Câmara, com o argumento de que apenas disponibilizaria essa informação aquando da conclusão do processo, "entendendo tal como a receção provisória da obra", os deputados do Partido Socialista apresentaram formalmente um requerimento, na reunião de 12 de junho, solicitando: _____

____ 1 - Que os deputados do Partido Socialista fossem notificados por escrito de datas possíveis, para consulta de todo o processo relativo à adjudicação da obra correspondente ao projeto "Construção Multiserviços - Casa Mortuária (2ª fase)", a ocorrer num sábado; _____

____ 2 - Que fossem assegurados os serviços do município necessários, para que no momento da consulta fossem disponibilizadas as cópias das peças do processo entendidas necessárias por parte dos deputados do Partido Socialista; _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ 3 - Foi ainda questionado o enquadramento legal que fundamenta as seguintes posições, adotadas na reunião de AM de 12 de junho de 2014: _____

- Recusa de disponibilização da informação, requerida nos termos da lei por parte dos deputados do Partido Socialista; _____
- Recusa de disponibilização de informação, relativa a processos em "curso", com o argumento de que apenas podem ser consultados os processos "concluídos", sendo igualmente questionável o que o senhor Presidente da Câmara Municipal entende por processo "concluído". _____

____ 4- Foi ainda questionado o enquadramento legal que fundamenta a recusa de disponibilização de cópias no ato da consulta dos processos. _____

____ **No âmbito do presente ponto, e porque está em causa a aprovação da ata relativa à reunião de AM de 12 de junho de 2014, consideram os deputados do Partido Socialista que a omissão na Ata da reunião do requerimento por nós apresentado, o qual foi entregue em mão na referida reunião e assinado por todos os deputados do Partido Socialista presentes, é uma omissão grave, pelo que não se encontram reunidas as condições para que a referida ata seja sujeita a votação.** _____

____ **Face ao exposto REQUEREM os deputados do Partido Socialista, que o presente ponto da ordem do dia (votação da ata) seja reagendado para próxima reunião da Assembleia Municipal, condicionado à alteração da ata em conformidade com os factos ocorridos no dia 12 de junho.** _____

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014 _____

____ Os Deputados" _____

____ Face à intervenção da membro Claudia Joaquim, o Senhor Presidente referiu que o requerimento foi entregue após o término da reunião, sendo esta a razão pela qual o documento não se encontrava integrado na ata. Neste sentido, colocou à votação a retirada do assunto da ordem do dia e o seu reagendamento para a sessão seguinte. _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com onze votos a favor da CDU, três votos contra do PS e três abstenções do PPD/PSD e CDS/PP, não aprovar, o reagendamento da aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 12 de junho de 2014. _____

____ Ainda neste âmbito, a membro Claudia Joaquim apresentou um voto de protesto, o qual a seguir se transcreve: _____

____ **"VOTO DE PROTESTO DEPUTADOS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA** _____

____ (nos termos do artigo 58º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) _____

____ Os Deputados do Partido Socialista apresentaram hoje uma reclamação pelo facto da proposta de texto de ata da reunião da AM de 12 de junho de 2014 ser omissa relativamente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

um requerimento manuscrito entregue em mão na reunião e assinado por todos os deputados do Partido Socialista presentes, facto que se considera de extrema gravidade.

____ *Perante este facto, e no mesmo âmbito foi apresentado um requerimento propondo que o ponto 1 da ordem do dia fosse reagendado para próxima reunião da Assembleia Municipal, condicionado à alteração da ata em conformidade com os factos ocorridos e devidamente descritos na fundamentação apresentada.* _____

____ *Consideramos que este seria o modo mais correto de corrigir um lapso grave, atendendo em particular o conteúdo e a pertinência do requerimento em causa. Aliás, consideramos que esta seria a forma mais democrática e correta de corrigir o que assumimos (como não poderia deixar de ser) tratar-se de um lapso.* _____

____ *Contudo, o requerimento há pouco apresentado não foi aprovado, tendo merecido votos desfavoráveis dos deputados do Partido que suporta a maioria no executivo, pelo que não podemos deixar de manifestar a nossa indignação, mediante a apresentação do presente VOTO DE PROTESTO.* _____

____ *Não é digno de um órgão deliberativo, eleito pelos cidadãos, permitir que situações destas ocorram e muito menos, que não sejam corrigidas ou minoradas. Até porque importa salientar que constava do requerimento entregue em mão pedidos de informação, bem como de esclarecimentos relativos ao enquadramento legal que suporta a recusa aos Deputados do Partido Socialista de exercer as suas competências de apreciação e fiscalização.* _____

____ *Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014* _____

____ *Os Deputados"* _____

____ *O membro Duarte Pacheco referiu que se tinha absterido da votação de reagendamento de aprovação da ata assim como se iria abster da votação da ata, por não ter estado presente na sessão da Assembleia Municipal em causa. Contudo, disse que não seria a primeira vez que eram encontradas incongruências nas atas e havendo oportunidade de as mesmas serem corrigidas nas reuniões seguintes, sugeriu que a ata em aprovação fosse retificada.* _____

____ *O Senhor Presidente voltou a referir que o requerimento não foi lido durante a sessão, tendo sido entregue à mesa já a sessão tinha encerrado .* _____

____ *A membro Claudia Joaquim reiterou que o documento foi entregue conjuntamente com os restantes documentos apresentados pela bancada do PS, salientando que o Senhor Presidente não tinha solicitado a sua leitura.* _____

____ **Deliberação:** *A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dez votos a favor dos membros da CDU, quatro votos contra, três dos membros do PS e um da membro Elsa Penedo (PPD/PSD) e três abstenções dos membros Albertina Gaspar (CDU), Duarte Pacheco (PPD/PSD) e Artur Costa (CDS/PP), aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata.* _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Os membros que se abstiveram invocaram o facto de não terem estado presentes na sessão da Assembleia a que a mesma respeitava. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Dois. _____

____ **Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro** _____

____ **“INFORMAÇÃO DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA AL. C), DO N.º 2, DO ART. 25.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** _____

____ **FESTAS E FEIRA DE VERÃO 2014 – SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** _____

____ *Findas as Festas e Feira de Verão 2014 manifesto um sincero agradecimento a todos quantos participaram, colaboraram ou que de alguma forma se associaram ao evento levado a cabo pela Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913.* _____

____ *O Município associou-se às Festas, disponibilizando os necessários meios humanos, bem como apoio financeiro e logístico.* _____

____ **PAVILHÃO MUNICIPAL / EDIFÍCIO MULTI-SERVIÇOS** _____

____ *Encontram-se a decorrer os trabalhos de desaterro com vista à preparação do terreno para se iniciar a construção do Novo Pavilhão Municipal Multi-serviços. Este novo equipamento permitirá colmatar uma real necessidade do concelho e possibilitará a realização de diversas iniciativas promovidas pelo Município, movimento associativo e demais agentes sociais e económicos que visem a promoção e valorização turística, social e cultural do nosso território.* _____

____ *Esta nova construção, com 1500 m² de área coberta, será implantada numa zona privilegiada da vila de Sobral de Monte Agraço, junto ao Mercado Municipal, servida de boas infraestruturas de apoio, designadamente, ao nível do estacionamento, das acessibilidades e de transportes públicos.* _____

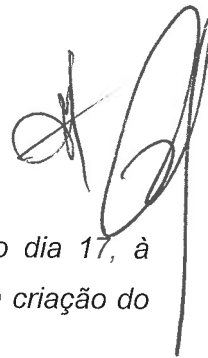
____ **CASA MORTUÁRIA** _____

____ *A construção da Casa Mortuária de Sobral de Monte Agraço encontra-se a decorrer, estando já executados os trabalhos de especialidade ao nível de infraestruturas elétricas, ITED, deteção de incêndio e ar condicionado, assim como, as alvenarias exteriores e interiores, redes de águas residuais e domiciliárias, revestimentos de paredes e algumas pinturas.* _____

____ **PARQUE DE ESTACIONAMENTO E ESPAÇO ENVOLVENTE À CASA MORTUÁRIA** _____

____ *Encontra-se a decorrer a obra de requalificação do parque de estacionamento e do espaço envolvente à Casa Mortuária.* _____

____ **DIA NACIONAL DAS LINHAS DE TORRES** _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Após algumas reuniões de trabalho para o efeito, foi entregue no passado dia 17, à Comissão Parlamentar de Amizade Portugal-Reino Unido, um dossier justificativo da criação do Dia Nacional das Linhas de Torres, propondo-se para o efeito o dia 20 de Outubro. _____

TRABALHOS DE RESTAURO E CONSOLIDAÇÃO DE ESTRUTURAS NO FORTE DO ALQUEIDÃO E NO FORTE DO SIMPLÍCIO _____

Ao abrigo do programa PRODER | Subprograma 3 | Medida 3.2. "Conservação e Valorização das Linhas de Torres" foram concluídos os trabalhos desenvolvidos em algumas estruturas nos Fortes do Alqueidão e do Simplício. _____

____ A intervenção teve como principal objetivo a preservação deste património cujo bom estado de conservação desempenha um papel decisivo na experiência de visita que o turista leva consigo, potenciando a componente interpretativa destes locais. _____

DIVERSAS OBRAS MUNICIPAIS _____

- Requalificação/ajardinamento de espaço na Av. das Linhas de Torres, junto à Praça de Touros; _____
- Construção de Passagens Hidráulicas, de aquedutos e de valetas em Zibreira da Fé; _____
- Execução de extensão de conduta de abastecimento de água Casal da Formiga a Martim Afonso; _____
- Requalificação e melhoramento da acessibilidade na Rua Manuel Pedro Cardoso; _____
- Construção do prolongamento de conduta de saneamento em Fetais dos Pretos; _____
- Conclusão da reabilitação de edifício na Rua Teatro Eduardo Costa; _____
- Execução de drenagem e construção de valetas na estrada Seramena – Casais Santo Quintino; _____
- Reparação de valetas e de regularização de depressões no pavimento de diversos caminhos e vias municipais, designadamente: Via Galega, Casais de São Martinho e Barqueira. _____

____ Sobral Monte Agraço, 23 de setembro de 2014 _____

____ O Presidente da Câmara, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

____ Anexa à informação transcrita, foi também disponibilizada informação financeira, informação das atividades dos serviços e relatório de execução do PAEL. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Três. _____

Informação relativa à situação Económica e Financeira elaborada pelo Auditor Externo – 1.º Semestre do Exercício de 2014 _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 16 de setembro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

“ **CERTIDÃO n.º 55/2014** _____

_____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de setembro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

_____ **“IV - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

_____ **1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **1.1 - Informação relativa à situação Económica e Financeira elaborada pelo Auditor Externo – 1.º Semestre do Exercício de 2014.** _____

_____ **Deliberação:** Nos termos e para os efeitos da al. d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, anexa-se à presente deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos, a informação sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao primeiro semestre do exercício de 2014, devidamente elaborada e subscrita pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC”. _____

_____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

_____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 16 de setembro de 2014. _____

_____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite.” _____

_____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

_____ **“ PROPOSTA** _____

_____ **Informação relativa à situação Económica e Financeira elaborada pelo Auditor Externo – 1.º Semestre do Exercício de 2014** _____

_____ **Considerando que:** _____

- a) Nos termos do disposto na al. d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), compete ao auditor externo, responsável pela certificação legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do Município, informação sobre a respetiva situação económica e financeira; _____
- b) Nos termos do artigo e diploma citados, foi elaborada informação sobre a situação económica e financeira do primeiro semestre do exercício de 2014 que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos; _____
- c) Nos termos e para os efeitos da norma supra citada, foi presente na reunião da Câmara Municipal de 15 de setembro a informação melhor identificada na al. b) da presente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

proposta, devidamente elaborada e subscrita pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Gomes Marques & Associada, SROC.

Assim:

Nos termos e para os efeitos da al. d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, anexa-se à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos, a informação sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao primeiro semestre do exercício de 2014, devidamente elaborada e subscrita pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC.

Sobral de Monte Agraço, 17 de setembro de 2014

O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.”

O membro Rui Corado, com a anuência do Senhor Presidente, informou que a bancada do Partido Socialista, referente ao ponto três da ordem do dia, pretendia alguns esclarecimentos, tendo apresentado o documento que a seguir se transcreve:

“PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

(Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e do n.º 1 do artigo 58.º do Regimento em Vigor)

Assunto: Ponto 3 da Ordem do Dia – Informação relativa à situação Económica e Financeira elaborada pelo Auditor Externo (alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

Analisada a informação em causa, verifica-se (e citando o parecer) “que as obrigações de curto prazo do Município são superiores aos seus ativos realizáveis a curto prazo, revelando algumas limitações na capacidade de solver os seus compromissos de curto prazo de acordo com a respetiva exigibilidade”.

Perante esta conclusão, quais as diligências ou medidas que o senhor Presidente de Câmara tomou ou irá tomar, no sentido de superar estas limitações, de forma a assegurar que os compromissos de curto prazo serão solvidos dentro dos prazos acordados?

Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014.

Os Deputados”

O membro Duarte Pacheco, face à informação apresentada pela SROC e à realidade vivida no País, designadamente a outras entidades auditadas, disse que tinha deixado de ter uma confiança “cega” nos documentos elaborados por entidades responsáveis pelas auditorias e revisão de contas. Assim, e após uma análise da documentação distribuída, disse ter verificado que o nível de endividamento se apresenta muito elevado, tendo perguntado qual será a estratégia a adotar pela Autarquia para inverter a situação.

O Senhor Presidente salientou que, embora elevado, o nível de endividamento da Autarquia tem vindo a diminuir.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

_____ Com a anuência do Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, informou que era intenção dar continuidade à política de contenção da despesa, situação que se verifica desde há alguns anos a esta parte. Registou, com agrado, o grau de execução da receita e da despesa, o qual, se projetado para o segundo semestre, faz antever um elevado grau de execução orçamental, semelhante, aliás, ao de anos anteriores. Relativamente aos pagamentos em atraso, disse que, no que se refere a dívidas de curto prazo, a de maior expressão e relevância é a dívida à Águas do Oeste, daqui resultando o prazo médio de pagamentos do Município que se encontra referenciado na DGAL. No que respeita a pequenos fornecedores não se verificam pagamentos em atraso. Por fim, disse que os tempos vividos são difíceis e que as medidas que o Governo tem vindo a implementar também em nada beneficiam a situação financeira das Autarquias, referindo a título de exemplo a criação do FAM – Fundo Apoio Municipal e a participação financeira da Autarquia para esta entidade que, na prática vai traduzir-se em mais um corte nas transferências do Orçamento de Estado. _____

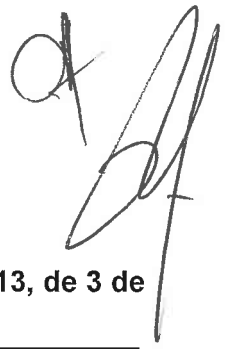
_____ O membro Duarte Pacheco, ainda a propósito desta matéria, disse que, de facto, no anuário financeiro dos municípios portugueses, Sobral de Monte Agraço consta do mapa dos municípios com maior prazo para pagamento. Salientou, ainda, que os tempos são de facto difíceis para todos, mas que apesar dos esforços efetuados, e que são visíveis nos documentos em apreciação, o que conta é a consolidação do passivo da Autarquia, verificando-se um desequilíbrio acentuado. _____

_____ O Senhor Presidente da Assembleia, na sequência das palavras proferidas pelo membro Duarte Pacheco, disse que uma das medidas de contenção de despesa, designadamente em matéria de recursos humanos, poderia passar pela consulta dos processos de contratação pública durante o horário de expediente dos trabalhadores, poupando, deste modo, eventuais pagamentos que decorram de trabalho extraordinário e havendo, efetivamente a contribuição dos membros da Assembleia para a contenção da despesa pública. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara disse que, lamentavelmente, tem sido bandeira deste Governo efetuar a contenção da despesa pública sempre à custa dos mesmos, nomeadamente, dos trabalhadores. _____

_____ **Deliberação:** Nos termos e para os efeitos da al. d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, que dela tomaram conhecimento, e anexa à presente ata dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos, a informação sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao primeiro semestre do exercício de 2014, devidamente elaborada e subscrita pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Quatro. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ **Lançamento de Derrama – art. 18.º da Lei das Finanças Locais - (Lei 73/2013, de 3 de setembro)** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 16 de setembro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **“ CERTIDÃO n.º 56/2014** _____

____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de setembro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

____ **“IV - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

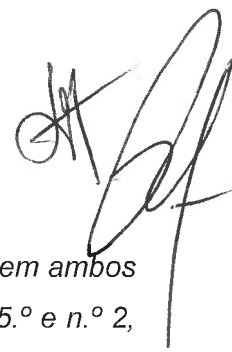
____ **1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.3 - Lançamento de Derrama – art. 18.º da Lei das Finanças Locais - (Lei 73/2013, de 3 de setembro)** _____

____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal o lançamento de uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a €150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

____ Mais deliberou, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal o lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e do art. 18.º, n.º 4 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

____ Deliberou ainda, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2013 (na sequência do compromisso firmado por deliberação dos órgãos autárquicos, respetivamente, datadas de 04 e 15 de novembro de 2013), sendo este benefício extensível aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios), nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

_____ Também deliberou, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios) nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

_____ Deliberou, finalmente, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal a intenção de manter a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, para o exercício de 2015, taxa a cobrar no ano de 2016; _____

_____ Para efeitos do disposto no art. 79.º, n.º 1, al. b) da Lei 73/2013, de 03 de setembro, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, que a informação a disponibilizar, após aprovação dos Órgãos Autárquicos seja a seguinte: _____

	Deliberação	Valor	Observações
Derrama	CM 15/09/2014 AM __/__/2014	Taxa Geral 1,5%	Cfr. art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03/09
		Taxa Reduzida 1%	Sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os € 150.000,00 – cfr. art. 18.º, n.º 4, Lei 73/2013, de 03/09
		Isenção (Independente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2013 – na sequência do compromisso firmado pela deliberação dos Órgãos Autárquicos, 04 e 15 de novembro de 2013 (cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09)
		Isenção (Independente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2014 cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09) – com o compromisso de manter esta isenção para o exercício económico de 2015, a cobrar em 2016.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 16 de setembro de 2014. _____

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite" _____

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ **" PROPOSTA** _____

____ **Lançamento de Derrama – art. 18.º da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro)** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Nos termos do n.º 1, do art. 18.º, Lei 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), constituindo o produto da cobrança de derramas, receita municipal, nos termos do art. 14.º, al. b) do diploma citado; _____
- b) O lançamento da taxa da derrama é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas do art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) e art. 33.º, n.º 1, al. ccc) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- c) De acordo com o n.º 4 do art. 18.º da Lei das Finanças Locais, a Assembleia Municipal pode, também, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00; _____
- d) A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos ou outros tributos próprios de acordo com o disposto na al. d) do art. 15.º e n.º 2 do art. 16.º da Lei das Finanças Locais conjugado com o disposto no art. 25.º, n.º 1, al. c) e art. 33.º, n.º 1, al. ccc) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- e) A deliberação dos órgãos autárquicos relativamente à Derrama, deve ser comunicada, por via eletrónica, pela Câmara Municipal, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado, de acordo com o disposto no n.º 9 do citado art. 18.º da LFL; _____
- f) A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, reunida em 15 de novembro de 2013 deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2013, sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

de negócios) nos termos da al. d) do art. 11.º e n.º 2, do art. 12.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais -, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

- g) A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, também, aprovar a intenção de manter a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2013, para o exercício de 2014, taxa a cobrar no ano de 2015; _____
- h) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, na sua reunião ordinária de 15 de setembro de 2014, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal o lançamento de uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a €150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- i) Mais deliberou, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal o lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e do art. 18.º, n.º 4 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- j) Deliberou ainda, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2013 (na sequência do compromisso firmado por deliberação dos órgãos autárquicos, respetivamente, datadas de 04 e 15 de novembro de 2013), sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios), nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- k) Também deliberou, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO


momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios) nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

- l) Deliberou, finalmente, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, propor à Assembleia Municipal a intenção de manter a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, para o exercício de 2015, taxa a cobrar no ano de 2016.
- m) Para efeitos do disposto no art. 79.º, n.º 1, al. b) da Lei 73/2013, de 03 de setembro, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com três votos a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, tendo, saído da sala, no momento da votação, o Vereador do PS, que a informação a disponibilizar, após aprovação dos Órgãos Autárquicos seja a seguinte: _____

	Deliberação	Valor	Observações
Derrama	CM 15/09/2014 AM __/__/2014	Taxa Geral 1,5%	Cfr. art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03/09
		Taxa Reduzida 1%	Sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os € 150.000,00 – cfr. art. 18.º, n.º 4, Lei 73/2013, de 03/09
		Isenção (Independentemente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2013 – na sequência do compromisso firmado pela deliberação dos Órgãos Autárquicos, 04 e 15 de novembro de 2013 (cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09)
		Isenção (Independentemente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2014 cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09) – com o compromisso de manter esta isenção para o exercício económico de 2015, a cobrar em 2016.

Propõe-se que: _____

____ 1 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere aprovar o lançamento de uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a €150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ 2 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere o lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e do art. 18.º, n.º 4 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

____ 3 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, ainda, a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2013 (na sequência do compromisso firmado por deliberação dos órgãos autárquicos, respetivamente, datadas de 04 e 15 de novembro de 2013), sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios), nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

____ 4 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, também, a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios) nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

____ 5 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, finalmente, a intenção de manter a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, para o exercício de 2015, taxa a cobrar no ano de 2016. _____

____ 6 - A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, que a informação a disponibilizar nos termos do art. 79.º, n.º 1, al. b) da Lei 73/2013, de 03 de setembro, após aprovação dos Órgãos Autárquicos seja a seguinte: _____

	Deliberação	Valor	Observações
Derrama	CM ____/____/2014 AM ____/____/2014	Taxa Geral 1,5%	Cfr. art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03/09
		Taxa Reduzida 1%	Sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os € 150.000,00 – cfr. art. 18.º, n.º 4, Lei 73/2013, de 03/09
		Isenção (Independentemente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2013 – na sequência do compromisso firmado pela deliberação dos Órgãos Autárquicos, 04 e 15 de novembro de 2013 (cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

		Isenção (Independente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2014 cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09) – com o compromisso de manter esta isenção para o exercício económico de 2015, a cobrar em 2016.
--	--	--	---

____ Sobral de Monte Agraço, 17 de setembro de 2014 _____

____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.”_

____ No âmbito da proposta apresentada, a membro Cláudia Joaquim apresentou o requerimento que a seguir se transcreve: _____

____ **“REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO** _____

____ (Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 58.º do Regimento em Vigor) _____

____ **Assunto: Ponto 4 da Ordem do Dia - Lançamento de Derrama** _____

____ Aquando da deliberação sobre o lançamento de Derrama, a vigorar no ano de 2014 (conforme ata correspondente), em reunião de Assembleia Municipal de 15 de novembro de 2013, os Deputados do Partido Socialista apresentaram um requerimento solicitando a seguinte informação relativa aos anos de 2011 e 2012: _____

- Número de empresas abrangidas pela isenção proposta; _____

- Estimativa do montante de receita "não cobrada" (i.e., a que se refere a isenção concedida nos anos em causa). _____

____ O pedido em causa, tal como foi devidamente explicado na referida reunião, enquadrava-se num pressuposto de avaliação das medidas políticas adotadas pelos órgãos da câmara municipal. Com efeito, **consideramos que os incentivos que tenham como objetivo trazer para o concelho novas empresas, logo, mais postos de trabalho, ou apoiar as empresas existentes cujo volume de negócio seja menor, são importantes e devem ser adotados.** Contudo, esta (como todas) as medidas de política, devem ser avaliadas e, em função dos resultados e das conclusões devem os órgãos autárquicos retirar as devidas relações e, agir em conformidade, mantendo ou reforçando as medidas adotadas ou, se for o caso, alterá-las ou substituí-las por outras medidas que visem alcançar os mesmos objetivos. _____

____ Por outro lado, apenas avaliando as medidas de política em curso é possível concluir acerca da sua eficácia, bem como da necessidade de implementação de medidas adicionais que, no caso concreto, reforcem o incentivo à criação de novas empresas no concelho. _____

____ Refira-se, por exemplo, a informação disponível no "Portal de Transparência Municipal", nomeadamente o indicador de "Dinâmica Económica do Município" correspondente à "Constituição de Novas Empresas", o qual apresentou no trimestre de 2014, em termos relativos, um resultado de 0,29 entidades por mil habitantes no concelho de Sobral de Monte Agraço, resultado este inferior à média nacional concelhia. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

De acordo com artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), a "assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, **através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da receita fiscal**, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios".

Ora, para além da resposta ao pedido de informação nunca ter sido disponibilizada pelo executivo, verificamos que na proposta hoje apresentada, a produzir efeitos no ano de 2015, não está mais uma vez devidamente fundamentada, nem inclui a estimativa da receita fiscal em causa, conforme previsto na lei.

Torna-se ainda mais incompreensível a ausência de resposta ao pedido de informação, bem como a ausência de fundamentação na proposta hoje apresentada, considerando que, de acordo com o **artigo 19º do Regime Financeiro das Autarquias Locais relativo à "Informação a transmitir pela Administração Tributária e Aduaneira"**:

"2 - (...) no caso da derrama, a AT disponibiliza, de forma permanente, à ANMP e a cada município, sendo a informação atualizada até ao último dia útil dos meses de julho, setembro e dezembro:

- a) O número de sujeitos passivos de IRC com sede em cada município e o total do respetivo lucro tributável;
- b) O número de sujeitos passivos com um volume de negócios superior a (euro) 150 000 e o total do respetivo lucro tributável sujeito a derrama, por município;
- c) O número de sujeitos passivos com matéria coletável superior a (euro) 50 000 e o total do respetivo lucro tributável sujeito a derrama.

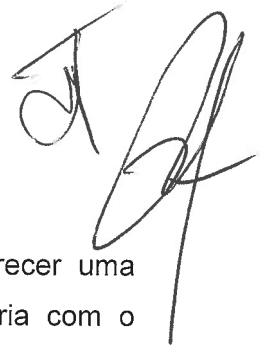
3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1, a AT comunica ainda a cada município, até 31 de maio de cada ano e com referência a 31 de dezembro do ano anterior, o valor patrimonial tributário para efeitos do IMI de cada prédio situado no seu território, indicando quais os prédios isentos.

4 - A AT disponibiliza a cada município, até ao final de julho de cada ano, os dados agregados do número e montante exequendo dos processos de execução fiscal que se encontrem pendentes e que sejam relativos aos impostos municipais e derrama municipal."

Face ao exposto, sem prejuízo **da relevância que atribuímos a medidas de política que tenham como objetivo trazer para o concelho novas empresas ou apoiar as empresas existentes** cujo volume de negócio seja menor, conforme sublinhado anteriormente, **os deputados do Partido Socialista solicitam a disponibilização da informação a que se refere os n.º 2, 3 e 4 do artigo 19º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, relativa aos anos de 2013 e 2014, informação essa que é disponibilizada pela Administração Tributária ao município.**

Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014.

Os Deputados"



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos pediu a palavra para esclarecer uma situação, ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que só permitiria com o consentimento do Senhor Presidente da Câmara. Assim e com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos esclareceu que, aquando da votação da presente matéria em reunião da Câmara Municipal, se ausentou devido ao facto de possuir uma empresa com sede no Concelho. Acrescentou, ainda, que pretendia esclarecer a questão, não fosse algum membro da Assembleia tecer comentários despropositados, aliás como já aconteceu com outros assuntos e noutras ocasiões. _____

____ O Senhor Presidente, na sequência das palavras do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que não lhe ficava bem pedir a palavra para tecer comentários relativos a membros da Assembleia Municipal e que não lhe autorizava essa falta de respeito. _____

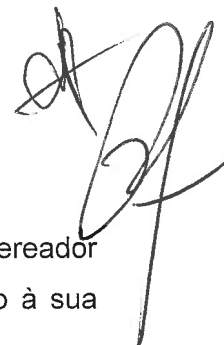
____ A membro Cláudia Joaquim voltou a solicitar a palavra para dizer que a Autarquia não estava a cumprir a sua obrigação, ao não disponibilizar a informação prestada pela Autoridade Tributária sobre esta matéria. _____

____ O Senhor Presidente, na sequência das palavras da membro Cláudia Joaquim, disse que a Autarquia poderia não ter a informação pretendida, daí a razão para não ter sido disponibilizada, lamentando que a deputada municipal nas suas intervenções parta sempre do pressuposto de que a Câmara Municipal sonega a informação, nunca dando o benefício da dúvida, designadamente questionando que essa informação existe ou não. _____

____ A membro Cláudia Joaquim disse que partiu do princípio de que a Autoridade Tributária estava a cumprir a legislação em vigor e assim sendo, procedido ao envio da informação devida à Autarquia. _____

____ Com a anuência do Senho Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, informou que a Autarquia, através do e-balcão da Autoridade Tributária, pediu a informação em causa. Este pedido foi formulado à Autoridade Tributária o ano passado, logo após a Assembleia Municipal onde esta matéria foi discutida e aprovada, como aliás é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, porquanto disso mesmo foi dado conta numa sessão anterior. Contudo e mesmo tendo havido um segundo pedido, não foi rececionada qualquer informação. Referiu, ainda, que apenas houve acesso a um quadro que refletia o número de sujeitos passivos com e sem anexo A e com volume de negócios superior e inferior a 150.000€, relativamente ao qual não era possível aferir a situação das empresas que beneficiavam da isenção. _____

____ A membro Cláudia Joaquim disse que não estava a ser cumprido o artigo 19.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e que a Autoridade Tributaria devia ter enviado a informação à Camara Municipal. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

_____ O membro Duarte Pacheco, no âmbito da intervenção proferida pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, a qual achou peculiar, disse ter ficado com dúvidas quanto à sua presença na votação relativa à taxa do IMI, uma vez que possui uma casa no Concelho. _____

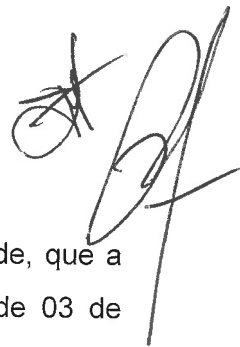
_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 3 votos contra do PPD/PSD e CDS-PP, aprovar o lançamento de uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a €150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Mais deliberou, por maioria, com 3 votos contra do PPD/PSD, aprovar o lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00, nos termos do art. 14.º, al. b) e do art. 18.º, n.º 4 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Deliberou, ainda, por maioria, com 3 votos contra do PPD/PSD e CDS-PP, aprovar a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2013 (na sequência do compromisso firmado por deliberação dos órgãos autárquicos, respetivamente, datadas de 04 e 15 de novembro de 2013), sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios), nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Deliberou, também, por maioria, com 3 votos contra do PPD/PSD e CDS-PP, aprovar a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, sendo este benefício extensível aos que tenham alterado a sua sede social para o concelho no mesmo período de tempo (em ambos os casos, independentemente do volume de negócios) nos termos da al. d) do art. 15.º e n.º 2, do art. 16.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, bem como, do art. 33.º, n.º 1, al. ccc) e art. 25.º, n.º 1, al. c) e d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Deliberou, finalmente, por maioria, com 3 votos contra do PPD/PSD e CDS-PP, aprovar a intenção de manter a isenção da taxa da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede social na área do Município durante o ano de 2014, para o exercício de 2015, taxa a cobrar no ano de 2016. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, por unanimidade, que a informação a disponibilizar nos termos do art. 79.º, n.º 1, al. b) da Lei 73/2013, de 03 de setembro, após aprovação dos Órgãos Autárquicos seja a seguinte: _____

	Deliberação	Valor	Observações
Derrama	CM 15/09/2014 AM 26/09/2014	Taxa Geral 1,5%	Cfr. art. 18.º, n.º 1 da Lei 73/2013, de 03/09
		Taxa Reduzida 1%	Sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os € 150.000,00 – cfr. art. 18.º, n.º 4, Lei 73/2013, de 03/09
		Isenção (Independente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2013 – na sequência do compromisso firmado pela deliberação dos Órgãos Autárquicos, 04 e 15 de novembro de 2013 (cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09)
		Isenção (Independente do volume de negócios)	Sujeitos passivos que se tenham constituído e instalado, ou alterado a sua sede social para o Município durante o ano de 2014 cfr. art. 15.º, al. d) e art. 16.º, n.º 2 Lei 73/2013, de 03/09) – com o compromisso de manter esta isenção para o exercício económico de 2015, a cobrar em 2016.”

_____ Seguiu-se o Ponto Número Cinco. _____

_____ **Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 16 de setembro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

_____ **“CERTIDÃO N.º 57/2014** _____

_____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de setembro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

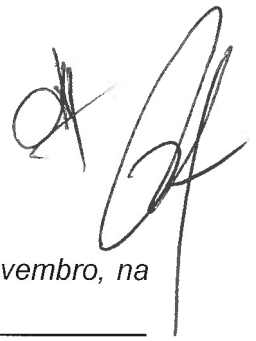
_____ **“IV - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

_____ **1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **1.4 - Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** _____

_____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereadora da Coligação Juntos pela Nossa Terra, não aumentar o Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2015, mantendo as taxas de 2013 e 2014, abaixo do limite máximo previsto na Lei. Assim, nos termos do art. 112.º, n.º 1, al. c) do CIMI, foi proposta a aprovação da seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis: prédios urbanos – 0,4% _____

_____ Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a fixação da taxa do IMI, a incidir sobre os prédios urbanos em 0,4%, nos termos e para os efeitos do disposto na al. ccc), do n.º 1, do art. 33.º, conjugado com a al. d), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

setembro e al. c) do n.º 1 e n.º 5 do art. 112.º do CIMI (D.L. 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação)". _____

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 16 de setembro de 2014. _____

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite" _____

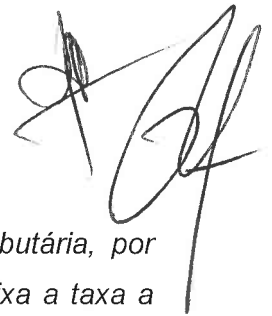
____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ " **PROPOSTA** _____

____ **Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Em 12/11/2003 foi publicado o D.L 287/2003 que aprovou, entre outros, o Código de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), sendo que, nos termos do art. 112.º do CIMI – versão original -, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) teriam uma variação compreendida entre 0,4% a 0,8% para prédios urbanos e entre 0,2% a 0,5% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, competindo às Assembleias Municipais, sob proposta dos respetivos executivos, a fixação da taxa a aplicar em cada ano (n.ºs 1 e 4 do art. e diploma referidos); _____
- b) Após a vigência de um regime excecional resultante da Lei 64/2008, de 05 de dezembro, a Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro) veio repor os limites mínimos e máximos para as taxas de IMI, sendo que, as taxas do imposto municipal sobre imóveis, previstas no art. 112.º do CIMI voltaram a admitir as seguintes variações: _____
art. 112.º, n.º 1, al. b) - Prédios urbanos: 0,5% a 0,8%; _____
art. 112.º, n.º 1, al. c) - Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3 % a 0,5 % _____
- c) Decorrente da avaliação dos prédios urbanos, a Lei de Orçamento de Estado para 2014 – Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (art. 203.º) -, veio alterar o art. 112.º do CIMI, revogando a al. b) da redação original, passando a existir apenas um intervalo de variação a aplicar aos prédios urbanos sobre o qual o Município deve deliberar (0,3% a 0,5%). Dito de outro modo, atendendo a que todos os prédios urbanos já se encontram avaliados nos termos do CIMI, desaparece do ordenamento jurídico o intervalo de variação entre os 0,5% e 0,8% que incidia sobre os prédios urbanos avaliados de acordo com a legislação anteriormente em vigor; _____
- d) A competência para a fixação da taxa a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto na al. c) do n.º 1 do art. 112.º do CIMI, é da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na al. d), do n.º 1, do art. 25.º e na al. ccc), do n.º 1, do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- e) Até ao dia 30 de novembro, deverá o Município comunicar à Autoridade Tributária, por transmissão eletrónica de dados, a deliberação da Assembleia Municipal que fixa a taxa a aplicar em cada ano, de acordo com o disposto no art. 112.º, n.º 13 do CIMI; _____
- f) Após a publicação da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o produto da cobrança do IMI constitui receita municipal, de acordo com a al. a) do art. 14.º do diploma, da qual 1% da receita sobre prédios urbanos constitui receitas das freguesias, nos termos da al. a) do n.º 1 do art. 23.º da LFL; _____
- g) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, em 15 de setembro de 2014, deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, não aumentar o Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2015, mantendo as taxas de 2013 e 2014, abaixo do limite máximo previsto na Lei. Assim, nos termos do art. 112.º, n.º 1, al. c) do CIMI, foi proposta a aprovação da seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis: _____
prédios urbanos – 0,4% _____
- h) Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a fixação da taxa do IMI, a incidir sobre os prédios urbanos em 0,4%, nos termos e para os efeitos do disposto na al. ccc), do n.º 1, do art. 33.º, conjugado com a al. d), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e al. c) do n.º 1 e n.º 5 do art. 112.º do CIMI (D.L. 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação). _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, nos termos e para os efeitos do art. 112.º, n.º 1, al. c) do CIMI (D.L. 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação) e da al. d), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis: _____

prédios urbanos – 0,4% _____

Sobral de Monte Agraço, 17 de setembro de 2014 _____

O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 3 votos contra do PPD/PSD e CDS-PP, nos termos e para os efeitos do art. 112.º, n.º 1, al. c) do CIMI (D.L. 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação) e da al. d), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis: _____

prédios urbanos – 0,4%” _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Seis. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ **Fixação da participação variável no IRS** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 16 de setembro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **"CERTIDÃO n.º 58/2014"** _____

____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de setembro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

____ **"IV - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA"** _____

____ **1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.5 - Fixação da participação variável no IRS.** _____

____ **Deliberação:** A Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, em conformidade com o disposto na al. c), do n.º 1, do art. 25.º e art. 26.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro e nos termos da al. ccc), do n.º 1), do art. 33.º, conjugado com a al. c) do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, fixar em **5% a taxa de participação variável no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial; _____

Mais deliberou, por unanimidade, remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2, do art. 26.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro e al. ccc), do n.º 1), do art. 33.º, conjugado com a al. c), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 16 de setembro de 2014. _____

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite" _____

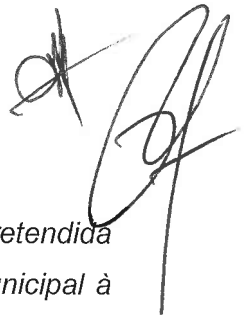
____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ **" PROPOSTA** _____

____ **Fixação da participação variável no IRS** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Nos termos da al. c), do n.º 1, do art. 25.º e n.º 1, do art. 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, do art. 78.º do Código de IRS; _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- b) A participação variável até 5% depende da deliberação da percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via eletrónica, pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior aquele a que respeitam os rendimentos; _____
- c) Nos anos de 2007 a 2009, a taxa a aplicada foi de 5%, uma vez que vigorou o regime legal transitório previsto no artigo 59.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. Nos anos de 2010 a 2014, a taxa aplicada foi, também, de 5%, de acordo com as deliberações dos órgãos do Município; _____
- d) A ausência da comunicação a que se refere a al. b) da presente proposta equivale à falta da deliberação e à perda do direito à participação variável por parte do Município, de acordo com o disposto no n.º 3 do art. 26.º do diploma citado. _____
- e) A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de setembro de 2014, deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, em conformidade com o disposto na al. c), do n.º 1, do art. 25.º e art. 26.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro e nos termos da al. ccc), do n.º 1), do art. 33.º, conjugado com a al. c) do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, fixar em **5% a taxa de participação variável no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial; _____
- f) Mais deliberou, com um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2, do art. 26.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro e al. ccc), do n.º 1), do art. 33.º, conjugado com a al. c), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Propõe-se que:

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, em conformidade com o disposto na al. c), do n.º 1, do art. 25.º e art. 26.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro e nos termos do disposto na al. c) do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, fixar em **5% a taxa de participação variável no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 17 de setembro de 2014 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 3 votos contra do PPD/PSD e CDS-PP, em conformidade com o disposto na al. c), do n.º 1, do art. 25.º e art. 26.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro e nos termos do disposto na al. c) do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, fixar em **5% a taxa de participação variável no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Seguiu-se o Ponto Número Sete. _____

____ **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 16 de setembro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **"CERTIDÃO n.º 59/2014** _____

Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de setembro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

____ **"IV - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.6 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas.** _____

____ **Deliberação:** A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, a aprovação, para o ano de 2015, do percentual de 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), de acordo com o previsto na al. b) do n.º 2 do art. 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro; _____

____ Mais deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do disposto na al. ccc), do n.º 1, do art. 33.º, conjugado com al. b), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o percentual de 0,25% da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), ao abrigo da al. b) do n.º 2 do art. 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro". _____

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 16 de setembro de 2014. _____

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite" _____

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ **" PROPOSTA** _____

____ **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas** _____

____ **Considerando que:** _____

a) A Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, denominada Lei das Comunicações Eletrónicas, veio criar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP); _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- b) O art. 106.º daquele diploma legal estabelece a existência da TMDP, que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais da área do correspondente Município; _____
- c) O diploma referido na al. a) da presente proposta estabelece a obrigação para os Municípios da aprovação anual do percentual da TMDP – al. b) do n.º 2 do art. 106.º - percentual que não pode ultrapassar os 0,25%, devendo ser fixado até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência; _____
- d) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as taxas do Município e fixar o respetivo valor – art. 25.º, n.º 1, al. b) e art. 33.º, n.º 1, al. ccc) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- e) A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de setembro de 2014, deliberou, por unanimidade, a aprovação, para o ano de 2015, do percentual de 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), de acordo com o previsto na al. b) do n.º 2 do art. 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro; _____
- f) Mais deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do disposto na al. ccc), do n.º 1, do art. 33.º, conjugado com al. b), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o percentual de 0,25% da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), ao abrigo da al. b) do n.º 2 do art. 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro. _____

Propõe-se que:

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere a aprovação, para o ano de 2015, do percentual de 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), de acordo com o previsto na al. b) do n.º 2 do art. 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro e al. b), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 17 de setembro de 2014 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, a aprovação, para o ano de 2015, do percentual de 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), de acordo com o previsto na al. b) do n.º 2 do art. 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro e al. b), do n.º 1, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Oito. _____

Suspensão Parcial do P.D.M. – Adoção de medidas preventivas

_____ Foi presente a certidão da Câmara Municipal, datada de 16 de setembro de 2014, relativa ao assunto em epígrafe, que para os devidos efeitos se transcreve: _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

“ **CERTIDÃO n.º 54/2014** _____

Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de setembro de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

“**II - PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS** _____

4.PDM _____

4.1 – Medidas Preventivas – “Proposta de Suspensão Parcial do PDM de Sobral de Monte Agraço e Estabelecimento de Medidas Preventivas para a área da Estação de Transferência e Ecocentro de Sobral de Monte Agraço”. Pertencente à Valorsul, SA. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, no cumprimento do determinado pela CCDRLVT cujo documento se anexa sob doc. 1 para os devidos e legais efeitos, deliberou, por unanimidade, retificar a deliberação de 2 de junho de 2014, nos termos da informação técnica da DOUA que se anexa à presente proposta sob doc. 2, complementando a proposta de suspensão parcial do PDM, para a área onde se localiza a Central de Transferência de Resíduos Urbanos, sita no Casal dos Passarinhos, Silveira, freguesia de Sapataria, constante da planta anexa sob doc. 3. _____

Deliberou, também, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 100.º, n.º 7 do DL 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pela Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro, submeter a proposta de suspensão parcial do PDM a aprovação da Assembleia Municipal, cujo documento final se anexa sob doc. 4”. _____

Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 16 de setembro de 2014. _____

A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite”. _____

Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

“ **PROPOSTA** _____

Suspensão Parcial do P.D.M. – Adoção de medidas preventivas _____

Considerando que: _____

- a) O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, vertido no DL 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo DL 46/2009, de 20 de fevereiro, prevê que os instrumentos de gestão territorial podem ser objeto de suspensão (art. 93.º, n.º 1), sendo que, a suspensão “pode decorrer da verificação de circunstâncias excepcionais que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes” - (art. 93, n.º 4); _____

b) De acordo com o determinado no art. 100.º daquele diploma legal, a suspensão total ou parcial de planos municipais de ordenamento do território é determinada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, quando se verificarem circunstâncias excecionais resultantes: _____

b.1) De alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local; ou _____

b.2) De situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano. _____

c) A proposta de suspensão do PDM, aprovada, num primeiro momento, pela Câmara Municipal, em 02 de junho de 2014, foi objeto de análise pela CCDRLVT, em conferência de serviços, no dia 18 de agosto de 2014, tendo esta entidade emitido o parecer que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos sob doc. 1; _____

d) Na sequência do parecer melhor identificado na al. c) da presente proposta, os serviços técnicos elaboraram novas medidas preventivas de acordo com as instruções contidas no referido parecer; _____

e) A suspensão do PDM determinada pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, implica “obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração do Plano Municipal de Ordenamento do Território para a área em causa, em conformidade pela decisão tomada pelo Município”; _____

f) A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de setembro de 2014, no cumprimento do determinado pela CCDRLVT, deliberou, por unanimidade, retificar a deliberação de 2 de junho de 2014, complementando a proposta de suspensão parcial do PDM, para a área onde se localiza a Central de Transferência de Resíduos Urbanos, sita no Casal dos Passarinhos, Silveira, freguesia de Sapataria. _____

g) Deliberou, também, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 100.º, n.º 7 do DL 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pela Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro, submeter a proposta de suspensão parcial do PDM a aprovação da Assembleia Municipal, cujo documento final se anexa sob doc. 2. _____

Propõe-se que:

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 100.º, n.º 7 do DL 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pela Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro, aprovar a proposta de suspensão parcial do PDM, cujo documento final se encontra anexo sob doc. 2 aos considerandos. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Sobral de Monte Agraço, 17 de setembro de 2014 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 100.º, n.º 7 do DL 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pela Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro, aprovar a proposta de suspensão parcial do PDM, cujo documento final se encontra anexo à presente deliberação”.

_____ **Seguiu-se o Ponto Número Nove** _____

_____ **Outros assuntos de interesse do Município** _____

_____ O membro André Lourenço apresentou um requerimento relativamente à informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: _____

_____ **“REQUERIMENTO** _____

_____ (Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 58º do Regimento em Vigor) _____

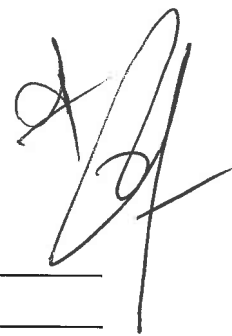
_____ **Assunto: Ponto 9 - Outros assuntos da Ordem do Dia** _____

_____ Através do presente requerimento vêm os deputados do Partido Socialista solicitar os seguintes esclarecimentos e informações relativamente à Informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, apresentada no ponto 2 da Ordem de Trabalhos: _____

_____ 1 - De acordo com a informação disponibilizada pelo senhor Presidente da Câmara a autarquia "associou-se às Festas, disponibilizando os necessários meios humanos, bem apoio financeiro e logístico". Perante esta informação, solicita-se informação sobre **qual o montante de apoio financeiro concedido pela autarquia para as Festas e Feira de Verão 2014** e quais as entidades beneficiárias? _____

_____ 2 - Entre 12 de junho e 6 de setembro, ou seja, em 84 dias, foram realizados no Cineteatro 6 espetáculos. Este número evidencia a reduzida utilização deste espaço. Não compreendemos também que durante as Festas e Feira de Verão não fosse programado para o Cineteatro qualquer evento. A programação de ciclos temáticos de cinema, teatro ou música poderá ser uma forma de fidelizar espectadores e permitir uma taxa de ocupação do espaço. _____

_____ 3 - Por último, os deputados do Partido Socialista manifestam mais uma vez discordância relativamente à natureza da informação sobre a situação financeira anexa à informação escrita do senhor presidente (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais), uma vez que é novamente apresentado um quadro que não permite tirar conclusões acerca da situação financeira do município. Consideramos pertinente insistir mais uma vez neste ponto por uma questão de rigor e de cumprimento da lei, e porque, apesar de no ponto 3 da ordem do dia constar informação mais detalhada, esta reporta ao 1º semestre de 2014. Consideramos que a informação a disponibilizar, nos termos da lei, deve ser em cada reunião de assembleia municipal, a mais atualizada possível. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

____ Sobral de Monte Agraço, 26 de setembro de 2014 _____

____ Os Deputados” _____

____ O Senhor Presidente da Câmara relativamente às Festas e Feira de Verão informou que a Autarquia tinha atribuído um subsídio no valor de € 5.000,00, diretamente à Associação, tendo, também assegurado o pagamento da iluminação das festas, no valor de € 6.500,00, para além de todos os equipamentos e trabalhadores da Câmara Municipal afetos à montagem e desmontagem das infraestruturas necessárias para o certame. No que diz respeito à programação do evento, disse que todo o certame foi organizado pela Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913 e esta, por sua vez, entendeu não utilizar o espaço do Cine-teatro para promoção de qualquer atividade no período das Festas. No entanto, face às condições climatéricas, o espaço foi utilizado aquando do concerto dado pela Banda Sinfónica do Exército. Referiu, ainda, que a Autarquia nunca equacionou a realização de espetáculos no Cine-teatro, durante o período das Festas, de forma a não interferir na programação elaborada pela Associação 13 de Setembro de 1913. _____

____ O membro Rui Corado disse que há muitos anos existia uma comissão de festas para a organização do evento que integrava várias associações e a partir do momento em que o certame começou a ser organizado pela Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913 a elaboração do programa passou a ser um exclusivo da referida associação que não permite a integração ou colaboração de outras entidades ou associações. Disse que, na sua opinião, a Autarquia devia promover, por iniciativa própria, um programa para o Cine-teatro a ter lugar durante as Festas e Feira de Verão, pois o Concelho possui espectadores de todas as idades, com gostos diferenciados, razão pela qual a oferta também deveria ser diferenciada para abranger diferentes públicos. Referiu que, mais uma vez e em sua opinião, este ano, por ocasião das Festas e Feira de Verão, não houve uma efetiva oferta cultural, designadamente ao nível do Cine-teatro. Disse, ainda, que devia ser repensado o facto de ser a Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913 a elaborar a programação, assim como uma forma de integrar a juventude nas festas, à semelhança do que acontece com o Hotspot, pois parece que a associação em causa olha para as Festas em termos de passado e não em termos de futuro. Por fim, disse que se queremos continuar a disfrutar deste evento, toda esta matéria deverá ser reconsiderada equacionando-se, desde logo, os pontos fortes das Festas e Feira de Verão, nomeadamente, as touradas, a feira, os artistas, uma vez que este ano não houve nem festas, nem feira, nem mesmo verão. Finalizando a sua intervenção, disse que cabia também à Assembleia Municipal intervir na situação e encontrar soluções. _____

____ O Senhor Presidente da Assembleia disse que, na sequência da intervenção do membro Rui Corado, por momentos tinha pensado que este tivesse encontrado uma solução para renovar este certame. Disse que alguns dos presentes, em tempos, passaram pela organização

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

das Festas e Feira de Verão e que, por isso mesmo, tinham conhecimento da envolvimento que implica a organização de um evento desta natureza. Referiu que, de facto, cabia também à Assembleia Municipal intervir nesta matéria, tendo sugerido que se equacionassem várias situações relativas a esta temática e que se apresentem propostas que possam ser avaliadas e, posteriormente, implementadas. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, disse que não existia programação para o Cine-teatro no período das Festas para que não houvessem ofertas sobrepostas ao programa apresentado pela Associação 13 de Setembro. Disse que a existir esta programação, certamente, não haveria públicos para todas as iniciativas e eventos. Referiu, ainda, que a sala do Cine-teatro dispõe de 216 lugares, que os acessos são limitados, salientando que no dia em que se realizou o concerto pela Banda Sinfónica do Exército, foi gerada uma confusão atendendo a que o número de lugares disponíveis não comportava o número de espectadores que pretendiam assistir ao espetáculo. Ainda sobre a consideração do membro Rui Corado sobre a oferta cultural e na sequência do requerimento apresentado pelo membro André Lourenço, disse que tendo em conta que no mês de agosto o Cine-teatro esteve encerrado, a realização de seis espetáculos num período de oitenta e quatro dias parece-lhe bastante razoável. _____

_____ O membro André Lourenço pediu a palavra para solicitar que a informação financeira prestada pelo Senhor Presidente e relativa ao ponto dois da ordem do dia, fosse a mais atualizada e detalhada possível, referindo que o mapa apresentado é pouco claro. _____

_____ Respondendo à intervenção do membro André Lourenço, o Senhor Presidente da Câmara, disse que o mapa apresentado relativo à situação financeira do Município era, no seu entender, bastante explícito e que conjuntamente com o mapa da execução do PAEL, também distribuído, estava demonstrada quer a execução no exercício económico, quer a variação da execução nas rubricas mais significativas. _____

_____ O membro Artur Costa solicitou a palavra para colocar uma questão sobre o IC11. Disse que atualmente existem poucas empresas de construção com alvará que permita a execução de viadutos (como por exemplo a Alves Ribeiro, SA) e que o valor de 1 milhão de euros por Km de viaduto, valor avançado pelo Senhor Ministro Pires de Lima, era um pouco excessivo, pois tinha conhecimento de empresas com preços mais em conta (exemplo: Grupo Lena). Assim, questionou se a Autarquia tinha conhecimento desta realidade e se tinha tido oportunidade de contrapor as palavras do Senhor Ministro. Continuado a sua intervenção e referindo-se ao Pavilhão Municipal Multisserviços disse que a informação prestada era pouca, tendo perguntado se o terreno para construção do mesmo havia sido comprado ou doado e qual o valor da obra. _

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

____ O Senhor Presidente disse que esta era a primeira sessão da Assembleia Municipal após o início do procedimento do Pavilhão, tendo perguntado a quem é que o membro Artur Costa queria que tivesse sido prestada qualquer informação ou se pretendia que cada vez que a Autarquia fizesse alguma coisa, enviasse a informação de imediato aos membros da Assembleia Municipal. _____

____ O membro Artur Costa disse que apenas estava a questionar de forma a poder esclarecer a população e não a exigir informações só pelo simples facto de querer ser informado. _____

____ Com a devida anuência, o Senhor Presidente da Câmara disse que a informação de que dispunha era a de que o valor avançado pelo Senhor Ministro era de 100 milhões e que o traçado previsto correspondia à extensão do Carregado até Torres Vedras, designadamente, uma extensão de 30 Km. Referiu, ainda, que não estava interessado no valor concreto da obra, mas sim que este itinerário complementar fosse uma realidade. _____

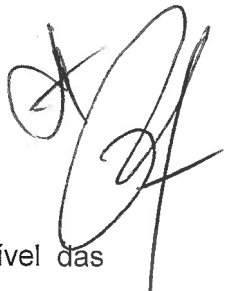
____ O membro Artur Costa disse que o preço por quilómetro para esta empreitada era dispendioso e que mesmo que o viaduto fosse substituído por um túnel, também não ficava mais barato. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara, como já referido, disse que existia a previsão de 100 milhões para a construção desta via e que o traçado previsto era a ligação do Carregado e Torres Vedras. Referiu que apenas transmitiu ao Senhor Ministro que poderiam ser equacionadas outras soluções mais viáveis para o Oeste, nomeadamente, a ligação da A1 à A8, com um nó de ligação em A-de-Barriga, ou a ligação da A1 à A8 fazendo a ligação ao Algarve através da Ponte das Lezírias. Por fim, disse que, em termos de quilómetros, tinha sido avançado o valor de 1 milhão e que de facto o importante era a concretização desta infraestrutura, independentemente, de vir a ser utilizado um túnel ou um viaduto. _____

____ No que concerne ao pavilhão, o Senhor Presidente da Câmara informou que a competência para a decisão de contratar e da tramitação do procedimento é da Câmara Municipal, razão pela qual o assunto não esteve presente na Assembleia Municipal. Disse que, a empreitada foi adjudicada à empresa MONTERG, pelo valor de 330 mil euros, através de concurso público. Referiu que uma parte do terreno havia sido cedido pela empresa proprietária do terreno adjacente, sendo que para o efeito foi outorgado um protocolo com a empresa em causa, prevendo-se a compensação do valor da cedência pelo valor devido pela operação urbanística que se pretende levar a efeito naquele local. _____

____ O membro Nuno Fortes, no âmbito da temática do amianto em edifícios públicos, perguntou como estava a situação das escolas do Concelho. _____

____ A pedido do Senhor Presidente da Câmara e com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Vereadora Patrícia Vitorino informou que havia sido retirado todo o amianto das passagens entre edifícios na Escola Secundária do Agrupamento de Escolas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Todavia, todo o amianto que está instalado ao nível das coberturas não foi retirado, sendo que estas não estão diretamente em contacto com as pessoas. _____

_____ O membro Duarte Pacheco disse que os munícipes têm o direito de conhecer o trabalho autárquico e para isso mesmo existe o boletim municipal. Neste sentido, disse que gostava de deixar expressa a insatisfação do PPD/PSD para com a supressão do espaço destinado às forças políticas neste meio informativo, um espaço implementado no anterior mandato. Assim e passados 40 anos do 25 de Abril, disse que esta é uma situação lamentável, mas que poderá ser corrigida. _____

_____ O membro Fernando Lopes, solicitou um ponto de situação relativamente à privatização da EGF, nomeadamente, quanto à recolha de resíduos sólidos. _____

_____ O membro Duarte Pacheco referindo-se a um dos temas quentes da campanha eleitoral e abordado, também, numa sessão da Assembleia Municipal, designadamente, os montantes gastos com a campanha eleitoral de cada partido, disse que o partido que representa apenas se limita a transmitir informação já disponibilizada e constante de sites oficiais. Assim e independentemente dos orçamentos, disse que o que importa são as contas entregues no Tribunal Constitucional. Assim, e tendo por base a informação transmitida a este Tribunal verifica-se que foram gastos na Campanha, pelas diversas forças políticas os seguintes valores: PSD € 19.593,04, PS € 30.328,75 e CDU € 53.864,52. Daqui resulta, que os membros da CDU deviam “engolir” o que haviam dito um ano antes, ou então deveriam fazer a correção dos dados entretanto transmitidos. Referiu que erros podem sempre acontecer e que o membro Vitor Lourenço, na altura da campanha, havia acusado o PSD de usar números falsos, contudo, estes números estavam agora espelhados num documento oficial. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, respondendo ao membro Fernando Lopes, informou que continua em curso o processo de privatização da EGF, ao qual a Autarquia se opõe de forma veemente, assumindo a defesa da gestão pública deste serviço essencial. A concretizar-se a privatização parece inquestionável o aumento das tarifas respeitantes à recolha de resíduos sólidos urbanos, com repercussão inevitável na faturação ao consumidor. _____

_____ **Abertura ao Público** _____

_____ Seguidamente a reunião foi presente ao público. _____

_____ A membro Elsa Penedo, enquanto munícipe, solicitou a palavra para abordar a temática das Festas e Feira de Verão do Concelho. Referiu que reside no Concelho há 28 anos e que se recorda de como eram organizadas as Festas nesse tempo. Na altura todos ajudavam! Recorda-se, por exemplo, de enrolar muitas rifas para a quermesse. Disse que as Festas eram vividas de um modo diferente, sendo uma iniciativa que congregava a população, em que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

peessoas tiravam este período de férias para poderem usufruir ao máximo das festas. Atualmente, não se vive este período do mesmo modo, há alguma pobreza no programa apresentado, exemplo disso mesmo, é a feira de artesanato que este ano contou com poucas bancas. Falando por si disse não se rever nestas Festas. Referiu os tempos áureos em que no primeiro sábado das festas era quase impossível andar na rua, salientando que havia pessoas de Lisboa a virem propositadamente ao Concelho a fim de participar nas festas. Ainda no âmbito desta temática, disse que este assunto devia ser repensado, pois os comentários negativos são cada vez mais. Referiu, ainda, que o facto de o ano escolar começar mais cedo poderá também ter alguma influência na adesão da população, sugerindo que talvez fosse oportuno reduzir o período da iniciativa, nomeadamente, para quatro dias ou apenas para dois fins de semana. Finalmente, disse que a população precisa do que ficou para trás, das suas origens e, por outro lado, deve haver uma aposta numa vertente mais virada para a juventude. _____

_____ O Senhor Presidente disse concordar com as palavras da Senhora Elsa Penedo, no entanto, questionou a razão do porquê da intervenção como munícipe e não como membro da Assembleia Municipal. _____

_____ A Senhora Elsa Penedo, respondendo ao Senhor Presidente, disse que se sentia mais à vontade enquanto munícipe. _____

_____ O Senhor Presidente disse que, independentemente das forças políticas, todos eram sobralenses e que queriam o melhor para o Concelho. Neste sentido, disse que todos os membros deviam pensar em alternativas e propor soluções. Referiu, ainda, que podia passar o repto da organização do certame à Câmara Municipal, mas todos tinham de estar conscientes de que tinham de estar disponíveis para ajudar. _____

_____ O membro Rui Corado disse que o mais importante das Festas e Feira de Verão são as pessoas e que o certame deve ser um evento que una a população. Disse, ainda, que devia ser ponderado o início das festas de modo a não se sobrepor com o início do ano letivo, bem como o número de dias do evento. _____

_____ O Senhor Presidente disse que, das intervenções proferidas, todos estavam de acordo que as Festas e Feira de Verão deveriam ser alteradas. _____

_____ A membro Teresa Sepúlveda alertou para o facto da Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913 ainda existir e que devia ser tida em conta a sua opinião. No âmbito das palavras proferidas sobre esta matéria, referiu que participou nas festas e que viu muita juventude na iniciativa organizada pela UNIR, aliás, muito bem planeada, e que não teve oportunidade de ver nenhum dos membros da Assembleia Municipal no local. _____

_____ O membro Rui Corado disse que qualquer associação com um subsídio fixo para programar uma iniciativa fica sempre condicionada. Assim, na sua opinião, disse que o grosso do investimento deve ser suportado pela Autarquia, devendo ser esta a linha de rumo, pois os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

festivais hoje em dia custam muito dinheiro. Disse estar convencido que o tempo invernos fez com que as pessoas não assistissem a mais espetáculos. Continuando a sua intervenção, referiu que as iniciativas devem partir da Autarquia, havendo necessidade de ser feito algo que permita fomentar as festas, incrementando o ou os aspetos que as identifique, que poderá passar pelas largadas, pelas touradas, pelas feiras de artesanato, sendo importante apostar e incentivar alguma coisa que venha a dar frutos. Disse que, não será a Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913 a conseguir incentivar o certame, pois se houvesse uma maior disponibilidade de verba, a associação em causa podia realizar mais atividades, até mesmo, no Cine-teatro. Referiu que também não se podia seguir exemplos de algumas Câmaras Municipais, em que todas as iniciativas eram de graça situação depois refletida na apresentação de contas e nos desequilíbrios verificados. Finalizando a sua intervenção, mais uma vez, disse que as Festas e Feira de Verão deviam ser repensadas. _____

____ Com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara começou por se congratular pela confiança depositada na Câmara Municipal para organização das Festas e Feira de Verão. Disse que, de facto, tal como se apresentam atualmente, as Festas não têm o mesmo impacto de outros tempos, situação que talvez possa vir a ser alterada se passar a Autarquia a gerir a organização das mesmas. Por fim, disse concordar com as palavras do membro Rui Corado, referindo que passando a organização do evento para o Município tudo teria que passar a ser feito com peso, conta e medida. Continuando a sua intervenção mas abordando outro assunto informou que no dia anterior tinha sido publicado, no "Correio da Manhã", um artigo referente à qualidade da água nos vários concelhos, encontrando-se refletido no referido artigo que 34 concelhos foram aprovados com distinção, apresentando uma taxa de 100% na qualidade e controlo da água, grupo onde está englobado o Concelho de Sobral de Monte Agraço e que 82 Concelhos apresentam uma qualidade da água abaixo da média. _____

____ **Aprovação em Minuta** _____

____ Finalmente foi deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista a sua excecutoriedade imediata. _____

____ **Encerramento** _____

____ E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, João Manuel da Silva Frade, redigi e vou assinar, junto do Presidente. _____

O Presidente _____

O Secretário _____